

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE, NATAL/RN,  
NAVISÃO DE SEUS FREQUENTADORES  
Bernardete de Lourdes Queiroga de Sousa

Natal - RN

2004

Bernardete de Lourdes Queiroga de Sousa

A PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE, NATAL/RN,  
NA VISÃO DE SEUS FREQUENTADORES

Dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. José Queiroz Pinheiro e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

NATAL - RN

2004

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCHLA  
Divisão de Serviços Técnicos

Sousa, Bernardete de Lourdes Queiroga e.

A praça André de Albuquerque, Natal/RN, na visão de seus freqüentadores. / Bernardete de Lourdes Queiroga e Sousa – Natal,2004.

94p.

Orientador (a): Prof. Dr. José Queiroz Pinheiro.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Psicologia ambiental - Tese. 2. Percepção ambiental - Tese. 3. Espaço urbano - Praça - Natal/RN - Tese. Monografia. I. Pinheiro, José Queiroz e.II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSCH

CDU 159.922.2(043.2)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação "A Praça André de Albuquerque, em Natal/RN, na visão dos seus freqüentadores", elaborada por Bernardete de Lourdes Queiroga de Sousa, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Q. Pinheiro \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Gleice Azambuja Elali \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Dalcy da Silva Cruz \_\_\_\_\_

## PERCEPÇÃO

*O que nós vemos das coisas são as coisas.  
Por que veríamos nós uma coisa se houvesse outra?  
Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos  
Se ver e ouvir são ver e ouvir.  
Saber ver sem estar a pensar,  
Saber ver quando se vê,  
E nem pensar quando se vê  
Nem ver quando se pensa.  
Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!).  
Isso exige um estudo profundo,  
Uma aprendizagem de desaprender  
E uma seqüestração na liberdade daquele convento  
De que os poetas dizem que as estrelas são as freiras eternas  
E as flores as penitentes convictas de um só dia,  
Mas onde afinal as estrelas não são estrelas  
Nem as flores senão flores,  
Sendo por isso que lhes chamamos estrelas e flores.*

(Fernando Pessoa)

*Aos viventes*  
*Aos passantes*  
*Aos ficantes*  
*Aos praceantes*  
*E a você.*  
*Dedico.*

## **Agradecimentos**

- Ao Prof. Dr. José Q. Pinheiro, meu orientador, pela sua real e dedicada orientação, passando-me disciplina, rumos por onde seguir e passos a dar; pela sua confiança em minha possibilidade e potencialidade em realizar esta pesquisa; pela sua paciência, compreensão e confiança na minha pessoa, como sua orientanda, para a construção deste estudo, dentro das minhas e das suas possibilidades, dentro dos nossos papéis a serem desempenhados no curso e pelas vezes sem fim que contei com seu apoio para além do papel de orientador.

- À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Costa Martim, pela sua confiança, apoio e disponibilidade em ler e apontar alguns caminhos, pelos quais eu deveria seguir para a conclusão desta pesquisa.

- Ao Prof. Dr. Fernando Moreira da Silva, também, pela confiança e apoio na conclusão deste estudo.

- À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gleice A. Elali, pelas muitas vezes em que se dispôs a ajudar, contribuir ou tão somente dar uma força para continuar, achando sempre um trabalho interessante e plenamente possível de ser realizado.

- À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Martha Traverso por se dispor a ser minha professora leitora nos dois seminários de dissertação de que participei e pelas suas observações pertinentes em relação ao trabalho.

- À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dalcy da Silva Cruz, pela disponibilidade em ler e participar da banca examinadora desta pesquisa.

- A todos que fazem o Grupo de Estudo Inter-Ação Pessoa-Ambiente; cada um dos bolsistas que passaram e os que estão hoje, além dos orientandos que também participam do grupo, e todos sem exceção, que me ajudaram com um gesto, um sorriso, uma palavra e até um silêncio, mesmo sem compreender o que se passava; bastando, na maioria das vezes, as suas presenças.

- Às minhas irmãs, Ione Maria de Queiroga e Ida Maria de Queiroga, além de meu sobrinho Dmitry Queiroga, pelo apoio, confiança, estímulo e ‘empurrões’ para que eu pudesse construir e concluir esta pesquisa.

- Aos três mosqueteiros, Andreia, Vinícius e Rosineide, que muito me mostraram com exemplos, os ‘baratos’ de como ser uma pessoa que está construindo uma pesquisa e, ao mesmo tempo, sua vida.

- Às três colaboradoras, Ione, Soraya e Darliane, pela disponibilidade em ajudar na aplicação das entrevistas e nas observações pertinentes ao longo da escritura deste trabalho.

- Aos professores do programa que, de alguma forma, passaram conteúdos que me deram oportunidade e possibilidade de construção desta pesquisa.

- À secretária do programa, Cilene, por sua constante disponibilidade.

- A CAPES, pelo apoio financeiro na realização deste trabalho.



## Sumário

	Página
Lista de Figuras.....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
1. Introdução.....	11
1.1. Caminho percorrido.....	11
1.2. O objeto de estudo.....	14
1.3. Justificativa, relevância e objetivo da pesquisa.....	16
2. Considerações sobre cidades e praças: ontem e hoje.....	19
3. Duas meninas que nasceram e cresceram juntas: a cidade de Natal e a Praça André de Albuquerque.....	41
3.1. Um pequeno passeio histórico sobre a cidade de Natal.....	41
3.2. O nascimento e crescimento da Praça André de Albuquerque.....	48
4. Aspectos metodológicos.....	60
4.1. Início da caminhada sobre a praça.....	60
4.1.1. Continuando a caminhada através de um painel interativo.....	61
4.1.2. Prosseguindo a caminhada ... filmagem de alguns pontos da praça e exame subsequente do material gravado.....	61
4.1.3. Elaboração e aplicação do roteiro de entrevista.....	62
4.2. Participantes.....	62
4.3. Instrumento.....	63
4.4. Procedimento.....	63
4.5. Análise dos dados.....	64
5. Resultados e discussão.....	65
6. Considerações finais.....	84
7. Referências bibliográficas.....	90
Apêndice.....	93

## Lista de Figuras

### Figura

1. Localização da Praça André de Albuquerque.....	49
2. Três momentos da Praça André de Albuquerque.....	54
3. Representação esquemática da Praça André de Albuquerque .....	56
4. Como ficou a Praça André de Albuquerque, após a reforma de 1999.....	56
5. Visão da Praça André de Albuquerque em seus aspectos de tranqüilidade e sombreamento.....	77
6. Territórios dos taxistas e flanelinhas, estudantes e skatistas, identificados nas observações e filmagens.....	82

## Lista de Tabelas

### Tabela

1. Local de residência dos freqüentadores da Praça André de Albuquerque por Região Administrativa de Natal/RN.....	68
2. Tempo de freqüência na Praça André de Albuquerque por grupos.....	69
3. Motivos de uso da Praça André de Albuquerque.....	71
4. Uso da Praça André de Albuquerque para interação social por grupos de respondentes.....	72
5. Responsabilidade pelo cuidado da Praça André de Albuquerque por grupos.....	74
6. Avaliação dos freqüentadores em relação a alguns aspectos da Praça André de Albuquerque.....	75
7. Horário em que os freqüentadores permanecem na Praça André de Albuquerque.....	82

## Resumo

A pesquisa oferece uma visão global e interpretativa da interação pessoa-ambiente, na Praça André de Albuquerque, em Natal/RN, sendo um estudo descritivo-exploratório que oportunizou conhecer um pouco mais sobre este espaço que se transforma em lugar, na medida em que é percebido e vivenciado por aqueles que o usam, dando-lhe significado. O objetivo foi refletir criticamente sobre a relação pessoa-praça, a partir de dados levantados junto aos seus frequentadores sobre percepção, uso e significado. Para tanto, recorri a multimétodos como observações informais, painel interativo, filmagens e entrevistas. Os resultados alcançados sugerem que a praça, além de espaço de passagem, é um ponto de convergência urbana para diversos grupos, principalmente: taxistas, “flanelinhas”, skatistas e estudantes. No que se refere à percepção, foi possível observar uma avaliação geral positiva, na medida em que as pessoas percebem seletivamente aquilo que lhes interessa. Quanto ao uso, houve uma distribuição diferenciada entre os tipos de usuários, observada também nos significados atribuídos à mesma. A praça é local de trabalho para taxistas e flanelinhas e espaço de prática de esportes para skatistas, tendo para ambos um significado prático. Já para estudantes e outros usuários, é lugar de reunião e lazer, assumindo um caráter mais afetivo, fazendo-os sentir bem-estar, tranquilidade e relaxamento. Os dados obtidos podem contribuir, futuramente, para projetos governamentais de intervenção nesse espaço, para a sua preservação como uma clareira no meio do concreto das construções da cidade, visando uma melhor qualidade de vida, não somente para as pessoas de hoje, mas, também, para as gerações futuras.

Palavras-chaves: praça, percepção ambiental, Natal, usuário, psicologia ambiental.

## Abstract

The study offers a global and interpretative view of the person-environment inter-action at André de Albuquerque Plaza, in Natal, RN, according to a descriptive-exploratory approach that aimed at learning about the space converted into place, as it is perceived and experienced by users, who attribute meaning to it. The main objective was to critically analyze the relationship person-plaza, based on data collected about users' perception, utilization and ascribed meaning. I have employed an Environmental Psychology multi-method approach, including informal observations, interactive poster session, videotaping and interviews. The results indicated that the plaza, besides being a passage point, is also a spot of urban convergence for several groups, particularly taxi drivers, *flanelinhas*, skate boarders and students. In regard to the perception of the place, an overall positive evaluation of the plaza was verified, since people perceive selectively what interests them. In terms of usage, different groups of users presented diverse patterns of utilization, also observed in the attributed meanings. The plaza is a work place for taxi drivers and *flanelinhas* and a sports arena for the skate boarders, with a practical meaning for both groups. For students and other users it is a place for meeting and leisure, revealing a stronger affective quality, responsible for feelings of well being, tranquility and relaxation. The data so obtained could contribute for future government projects of intervention in those spaces, aiming at its preservation as an open spot among the concrete of city buildings, offering better quality of life, not only for today, but also for future generations.

Key words: plaza; environmental perception; natal; user; environmental psychology.

# **1. Introdução**

## **1.1. Caminho percorrido**

Neste estudo, tive como objetivo oferecer ao leitor algumas informações para que este possa desenvolver uma reflexão crítica acerca da temática da inter-ação pessoa-praça no contexto atual de nossa sociedade. Para isso, abordei o tema tomando como exemplo um espaço público do município de Natal, a Praça André de Albuquerque (PAA). A escolha pelo tema justificou-se, em parte, por motivação pessoal, relacionada ao meu percurso acadêmico. Sou graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, onde desenvolvi um projeto de pesquisa, em nível de Especialização, que abordou a questão da expansão urbana de Natal, em particular uma área denominada San Vale. Com o crescimento da cidade, passaram a existir construções residenciais no local, mesmo estando em uma área dunar protegida. No período em que desenvolvi esse trabalho, observei diversas transformações no ambiente, as quais foram resultantes da ação inadequada do homem sobre este.

Dentre os diversos problemas ambientais envolvidos, um me chamou especialmente à atenção, o lixo. Como entender que moradores de uma área considerada nobre, agiam com tanta falta de consciência, mesmo quando sofrem diretamente as consequências de suas ações (por exemplo, contaminação do lençol freático devido à deposição inadequada do lixo, a proliferação de insetos e doenças, etc.).

A partir daí foi que passei a me questionar sobre a necessidade de abordar, em monografia de Especialização em Psicologia, a questão da problemática do lixo, buscando trazer à tona a discussão sobre este tema.

Considerando que o lixo existe em função de uma ação humana, ele não “nasce sozinho”, decidi por realizar minha especialização na Psicologia como forma de complementar minhas análises anteriormente realizadas na Geografia, bem como compreender como se dá este processo em nível de indivíduo/grupo. A partir dessas premissas, encontrei na Psicologia Ambiental uma preocupação mais acentuada, pois esta proporciona através do seu objeto estudo, a inter-ação pessoa-ambiente, uma abordagem que busca interpretar, questionar, argumentar, comparar e relacionar os fatos, os comportamentos e atitudes, as posturas, as ações do que seja essa unidade dinâmica.

Desse modo, houve uma necessidade pessoal de aprofundamento teórico-prático dos conhecimentos sobre essa relação pessoa-ambiente, sob o prisma da Psicologia Ambiental.

Conhecer a Psicologia Ambiental, quando da minha entrada na especialização, com uma pesquisa sobre o lixo de Natal, oportunizou-me pensar em um outro trabalho que abordasse a questão da inter-ação pessoa-ambiente, mas dessa vez como forma de concretizar uma idéia de pesquisa já anteriormente pensada, sobre a inter-ação pessoa-praça, no mestrado, mesmo sabendo que praticar o exercício da interdisciplinaridade seja lançar-me a um grande desafio, devido, principalmente, às corporatividades e especializações existentes na ciência. Mesmo assim, é extremamente atraente e oportuno este desafio.

O estudo foi desenvolvido na área da Psicologia Ambiental, que tem como um dos papéis centrais de sua abordagem, a percepção. Sendo esta compreendida como um processo que leva em consideração “o conhecimento dos valores, atitudes, e normas sociais e culturais que a pessoa traz para o seu ambiente” (Ittelson; Proshansky; Rivlin; Winkel, 1974, p. 4).

Sendo assim, a abordagem da Psicologia Ambiental busca compreender como e por que se dão as inter-ações pessoa-ambiente - que são diversas, dependendo do modo como e de onde as olhamos -, seja o ambiente físico/natural ou construído, com suas influências nos comportamentos e atitudes, as experiências vividas e percebidas nessa inter-ação e/ou o valor simbólico que o ambiente tem para as pessoas que o vivenciam e nele se comportam. Ou seja, “o que o ambiente significa para nós em termos de percepção literal - se é coerente, esteticamente interessante, confuso - e o que ele significa em termos de valor e função não são sempre a mesma coisa” (Ittelson et al., 1974, p. 11). Nesse sentido, nada mais próximo do meu objetivo que pesquisar utilizando os pressupostos dessa área de conhecimento, que traz em si um outro olhar sobre estas inter-ações concretizadas em um lugar.

Considerar a temática inter-ação pessoa-praça, por assim dizer, uma área de “trânsito interdisciplinar”, implica em reconhecer a própria complexidade do tema. Complexidade porque este assunto nos transporta para uma série de interesses, os quais muitas vezes se apresentam divergentes, tanto em âmbito teórico-acadêmico, como prático, no sentido de estudos de intervenções nesses espaços.

Um outro olhar foi dado pela Geografia que, de modo diferente, dentro de suas características essenciais de localizar, descrever e analisar os fenômenos e processos acontecidos e produzidos pelas relações humanas em espaços, busca nos



oferecer a possibilidade de entendimento do que ocorre no ambiente em decorrência da ação do homem.

De acordo com análise feita por Gonçalves (1995) sobre a questão sócio-ambiental e cultural no Brasil do ponto de vista da Geografia, essa questão mostra, sem dúvida nenhuma, que não é decorrente "exclusivamente de ordem natural ou sócio-histórica" (p. 309), e deve trazer uma reflexão sobre a relação homem-ambiente, a qual "exige, portanto como pré-condição, a eleição de novos paradigmas que, no mínimo, sejam capazes de não tomar Homem e Natureza como pólos excludentes" (p. 310). Assim, como na Psicologia não se deve tomar somente o indivíduo nas suas pesquisas. Como bem ressalta o citado autor, aderir a essas novas formas de percepção do ambiente e do homem "nos impõe, em decorrência, que nos recusemos a ver a natureza como mera fonte de recursos ilimitados à disposição de um Homem-centro do mundo" (p. 310).

Vi, então, uma oportunidade para trazer subsídios que contribuíssem para a elaboração de "novas abordagens" sobre as conseqüências da maneira de estar, viver e trabalhar em ambientes urbanos.

## **1.2. O objeto de estudo**

O tema inter-ação pessoa-praça surgiu da busca de pesquisar sobre estes ambientes que envolvessem um lugar público específico. Quis saber como é percebida a praça pelos seus freqüentadores, seus usos e quais os significados atribuídos. Além disso, outro aspecto que justifica a realização deste trabalho foi que decidi realizar esse estudo na busca de contemplar meu interesse em conhecer, de uma forma mais contextualizada, a problemática ambiental e social da cidade de Natal. Isso tudo

relacionado com a expansão da cidade, com o crescente aumento do número de habitantes e pelo modo como se configuram as inter-relações entre habitantes e o ambiente, devido basicamente ao modelo de produção e consumo vigente no país.

As praças, por serem lugares nos quais se realizam inter-ações pessoa-ambiente cotidianamente, possuem, também, alguns aspectos que levaram à sua decadência ou não-preservação, devido, em grande parte, à expansão urbana das cidades, especialmente, quando segue um modelo de sociedade e de cidade importados (Rolnik, 1995), o qual cada vez mais vem construindo espaços individualizados, segmentados, divididos.

Como afirma Tuan (1980), essa é uma forma de afastamento do que é considerado velho, antigo, ultrapassado, quando diz que “a cidade - **como também uma praça** (grifo nosso) - ... é uma realização que agora tendemos a denegrir ou esquecer” (p. 172). Mudaram as formas de uso e função, mas continuam sendo usadas e tendo uma função de, pelo menos, ser um espaço aberto no meio do cimento/concreto da cidade para se poder respirar um ar melhor.

Como perceber e dar significado a um lugar, o qual vem desaparecendo à medida que o tempo passa e as transformações ocorrem rapidamente? Deslocam-se o lugar de reunião, passeio, para outros como *shoppings*, *play-ground*, condomínios, ou nem isso, pois devido a violência de hoje, as pessoas ficam encarceradas em suas casas sem sair, a não ser de carro, às ruas, calçadas, parques, jardins.

A Praça André de Albuquerque (PAA) foi escolhida pela sua importância histórica, cultural e política para a vida da cidade e da sua população, que se localiza no bairro de Cidade Alta - o primeiro bairro de Natal - no centro da referida cidade. Pesquisei esta praça numa perspectiva de tempo que mostra como as idéias de presente, passado e futuro se fundem, como um corpo ideário só, o dos freqüentadores da praça,

ou seja, que viveram e ainda vivem este ambiente recheado de surpresas, incertezas e, até, monotonias. Realizei várias etapas de trabalho de campo: observações, filmagens, entrevistas com os frequentadores. Desse modo, busquei a percepção e os significados desse lugar, que já foi embriagado e tomado pelos ritmos acelerados da modernidade.

### **1.3. Justificativa, relevância e objetivo da pesquisa**

Nesta pesquisa estive interessada em ver qual a percepção da PAA, pelas pessoas que a frequentam. Questões relacionadas às atitudes das pessoas que vivem e passam por lugares públicos de uma cidade.

Natal é uma cidade que, em princípio, apresenta aspectos naturais e paisagísticos muito agradáveis e atraentes, muitas vezes escondendo ou 'camuflando' aspectos de descuido, até extremo, com lugares que representaram e ainda representam sua história, cultura e vida social, econômica e de lazer.

O que me interessava neste estudo, portanto, era ver como os frequentadores da praça percebem as mudanças, reformas e restaurações pelas quais passou um dos elementos que compõe o cenário da vida urbana de Natal – a Praça André de Albuquerque. Mesmo porque mudar, seja de atitude, ação ou, mesmo, de lugar, não é somente uma questão, como diz Dollé (2001), "... geográfica (...) nem de vontade própria". Esse mudar ou deslocar-se é, antes de tudo, "... uma viagem simbólica, (...) de identidade" (p. 4). Essa bela e dourada cidade, em alguns momentos mostra-se feia e escura, em consequência das modificações nela impressas no decorrer de sua história.

A pesquisa é relevante na medida em que busca um olhar mais detido sobre a cidade e seus espaços, buscando, desse modo, uma maior humanização e valorização da vida na cidade. Sendo possível e, até imprescindível, passar pelas praças

que, também, podem estar ligadas, expostas e exporem os problemas ambientais, pelos quais passa a cidade de Natal, que não são poucos. Procurei, assim, priorizar a observância das percepções, emoções e razões das pessoas que habitam a cidade e vivem ou passam pelas suas praças, pois quando estas são bem cuidadas e mantidas, seja pelo poder público, seja pela sociedade, além da iniciativa privada, revitalizam-se o lazer e a qualidade de vida local.

O **objetivo da pesquisa** foi, então, buscar apreender como as pessoas percebem essa praça, que uso fazem dela e que significados dão a este lugar público, visto que, para muitos, como tudo que é público é considerado de “ninguém, desprezado, descuidado, desnecessário”, embora se possa vislumbrar alguns movimentos contrários a essas atitudes de descuido, indiferença ou esquecimento para com esses lugares públicos.

Dessa forma, busquei envolver e relacionar as visões de espaços públicos, pretendendo um estudo interdisciplinar no que diz respeito aos lugares de uso comum, como é a praça, utilizando da Psicologia Ambiental os multimétodos para melhor compreender a questão da pesquisa.

Assim decidi enfocar tal problemática, como forma de despertar a atenção das pessoas que fazem a cidade, como por exemplo, daquelas que possuem a responsabilidade e poder de decisão político-administrativo no município. Em outras palavras, para que as discussões sobre o efeito das intervenções realizadas em espaços públicos que fazem parte da vida cotidiana dos natalenses, possam ser tratadas como uma das peças fundamentais de um enorme e complexo quebra-cabeça, cujo resultado final possa ser o alcance de uma maior qualidade de vida na cidade.

Nesse sentido, quis mostrar um lugar de Natal, que ainda pode ser usufruído pelas pessoas que habitam esta cidade, caso elas se habilitem a ver a importância fundamental de ter outros comportamentos, outras atitudes, outras ações consideradas pró-ativas, pró-ambientais (Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999) em relação ao lugar de vida, mesmo efêmera, como é a da praça.

A parte introdutória desta dissertação está distribuída em dois capítulos. No segundo, trato da história das cidades e praças - ontem e hoje, que importância histórica elas tiveram e, ainda têm, que influência e importância o tempo das pessoas têm na percepção da praça em relação a questões como sustentabilidade de uma cidade. Em seguida, no terceiro capítulo, faço um rápido apanhado histórico sobre a cidade de Natal e a Praça André de Albuquerque, contando sua trajetória até os dias atuais.

Dando continuidade, apresento, no quarto capítulo, os aspectos metodológicos da pesquisa e, no quinto capítulo, exponho o que encontrei na praça, quando da apresentação dos resultados e discuto suas implicações.

Por fim, nas considerações finais, faço um balanço do que foi proposto e encontrado durante a realização da pesquisa na perspectiva de proposições de estudos futuros sobre o tema.

## **2. Considerações acerca de cidades e praças: ontem e hoje**

O homem atua como produtor, consumidor e intermediador na modificação do ambiente. A forma como ocorre a mudança é determinada pelos vários momentos históricos pelos quais passa o desenvolvimento da sociedade, ou seja, a maneira como supre a sua existência é que vai determinar a mudança.

Assim como as cidades se originaram a partir do comércio, os locais onde o mesmo acontecia se firmaram, como espaços públicos nos quais os comerciantes e viajantes, navegadores e artesãos se encontravam para comercialização de suas mercadorias ou troca de conhecimentos sobre os lugares descobertos. Daí, a praça ser um ponto de encontro, um ponto de convergência de vários tipos de comércio, atividades e pessoas.

Como exemplo, podemos apontar a praça Djemaa el-Fna, Marrakesh (Marrocos). Ela não cabe nos modelos mais tradicionais de praças, pois não tem um forma física definida e estabelecida. É um lugar, no qual a cidade e pessoas de outros lugares se encontram. Além de comerciantes, vendedores, guias turísticos, vem gente de toda parte próxima e mais distantes ou mesmo os turistas que a querem conhecer e vivenciar (Sardenberg, 2002). É cercada por prédios históricos, mas, como mencionado, não tem um desenho arquitetônico definido como outras praças.

Essa praça está localizada no Marrocos, um país muçulmano, situado no norte da África e que tem 29 milhões de viventes (Sardenberg, 2002). De acordo com o citado autor, ela tem "a sua genuína vocação de mais esfuziante envolvente e bizarra praça do planeta" (p. 40). Está situada entre o que podemos chamar de mito e rito, pois tem em seus arredores, muralhas medievais, palácio do rei, a Mesquita Central e Medina (onde se localiza o antigo mercado da cidade), ou seja, "A Djemaa el-Fna está

encravada justamente entre essas duas atrações" (p. 41), o que determina as características mitológicas e ritualísticas (entre o que se chama sagrado e profano) que estão presentes na praça, mesmo com a modernidade já querendo modificá-la (instalaram um telão para os frequentadores viventes da praça se verem e se atualizarem com o que passa no mundo).

Ela surgiu, como outras praças se originaram, como entreposto comercial, pois as pessoas que viviam nas montanhas próximas tinham que sobreviver e para isso desciam para comprar alimentos, trocar mercadorias, pois este local era a única saída para isso, além de ser, sobretudo,

um ponto de encontro de grupos musicais, de mulheres misteriosas de rosto coberto, prontas para ler as palmas das mãos, de encantadores de serpentes, vendedores de comida, malabaristas, comerciantes de especiarias, cartomantes e outras figuras que nunca encontrariam um palco melhor que este (Sardenberg, 2002, p. 42).

Essa praça é como um aglomerado de pessoas e coisas juntas que vão lá para trocar, encontrar, comprar, vender, ver, circular, passear, etc. É um espaço cercado de barracas e circulantes por todos os lados que vão em busca de humor, magia, tradições. Apesar de acontecer como em outros lugares, a modernidade tentar chegar, como diz o repórter, "... é preciso admitir que Djemaa el-Fna continua esfuziante, bizarra e, sobretudo, envolvente, muito envolvente" (Sardenberg, 2002, p. 45).

Quis dar esse exemplo para mostrar que o espaço da praça não precisa ter arquitetonicamente seus limites físicos definidos e, que, ainda existem lugares de encontro, troca de experiência, deslumbramentos, etc. como a PAA, aqui em Natal.

Ambas são completamente diferentes, mas preservam o que insisto em mostrar o lado da praça que não acabou.

De acordo com Moreno (2002), “As cidades nascem e se multiplicam nas rotas comerciais, a princípio às margens de rios e oceanos. Depois, junto aos caminhos que unem tais centros mercantis” (p. 28). Nesse sentido, Rolnik (1995) diz que “a expansão do caráter mercantil da cidade se dá quando se constitui uma divisão de trabalho entre as cidades” (p. 26-27), não sendo por acaso que o homem renascentista sonha obcecadamente com a forma de cidade ideal.

Observa-se, assim, a influência de uma questão político/econômica que se expressa na forma que a cidade adquire, não só nesse período, mas em outros mais adiante, visto que vão influir em cidades de outros continentes descobertos, levando esse traçado, para outros lugares os mais longínquos. Como exemplo, na América Latina que absorveu essa influência determinada por seus descobridores e colonizadores.

Para demonstrar melhor as separações que existiam e existem até hoje, em relações de poder e influência na forma como a cidade é construída, assim, é possível observar bairros que mostram bem essa relações, desde tempos bem anteriores até os dias de hoje. Bairros residenciais dos mais abastados e dos que produzem são diferentes, não possuem as mesmas estruturas.

De acordo com Rolnik (1995),

Para aqueles cujo poder e fortuna estavam mais diretamente relacionados a essas fontes de autoridade, isto é, para os principais funcionários do Estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho – **o centro, a praça** (grifo nosso). Com isso, novos bairros



exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir. Esse é o primeiro movimento de segregação e uma reconceituação da moradia que em sua acepção burguesa vem sob o signo da privacidade e do isolamento (p. 47).

Desse modo, "começa a esboçar-se a oposição entre **casa** e **rua**: a primeira, o abrigo seguro e exclusivo; a segunda, o perigoso lugar da mistura de gentes e funções" (Moreno, 2002, p. 37). Dando-se isso, especificamente, nos bairros mais centrais das cidades e nas respectivas praças.

Rolnik (1995), continuando sua análise sobre as cidades da Era Industrial, mas que podem perfeitamente se encaixar nas cidades dos dias atuais, principalmente nos países em desenvolvimento, afirma que:

A indústria colocou para a cidade questões novas – ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno. É sob seu desígnio que se gera a diversidade de produtos, de população – que faz a cidade industrial um universo estimulante e vibrante; que faz com que se amplie ao infinito a capacidade humana de inventar – e **destruir** (grifo nosso). Mas, se a possibilidade de superação dos constrangimentos da natureza na cidade industrial não tem mais limite, não tem mais limite também a capacidade de destruição e violência (p. 83).

Destruição e violência que hoje estão num nível extremo, pois mesmo não sendo mais as cidades da Era Industrial, são as cidades da era virtual, tecnológica que segrega mais ainda, não havendo possibilidades de conhecimento do que se passa na sua cidade, no seu bairro e até na sua própria rua, pois os moradores estão confinados

e segregados a espaços como shoppings, condomínios de alta segurança. Pelo menos parcela da população que detém o poder econômico, financeiro e tecnológico.

O Brasil, aproximadamente a partir da metade do século passado, por volta das décadas de 1940 e 1950, passou a ser um país com características mais predominantemente urbanas, havendo um aumento da população que passou a residir em cidades, devido às mudanças que ocorreram em nível econômico e social, provocados pelo acelerado processo induzido de industrialização brasileira, juntamente com a modernização da agricultura, o que intensificou o processo de urbanização no País. Esse fator trouxe uma significativa expansão dos centros urbanos, os quais não estavam preparados para absorver este número de pessoas, desencadeado pelo deslocamento da população em busca de melhores condições de vida. Esse movimento se deu em direção aos centros urbanos já consolidados como tais e, também, em direção aos que estavam ainda em uma fase inicial. É interessante salientar que este movimento social foi alvo das políticas públicas governamentais destinadas ao atendimento dos interesses econômicos e políticos vigentes na época.

Nas cidades de hoje, os bairros centrais – seja em qualquer uma, de grande a pequeno porte, excluindo os povoados e distritos – com seus espaços livres já não são os que atraem os moradores; já quase não existem; estão mortos ou quase. Foram substituídos por bairros residenciais afastados (conjuntos habitacionais, principalmente, mas também os condomínios superfechados), que já não dão oportunidade de encontros entre os habitantes das cidades, de se olharem, se ouvirem, dialogarem, passarem, trocarem idéias e conhecimentos, descansar e deixar passar o tempo mais lentamente, sem tanta pressa, pois o tempo atual urge.

As cidades que se transformaram em alvo dos investimentos do governo, pelas políticas de habitação, industrialização, sofreram um processo de crescimento e

expansão urbanos desordenados. Assim, o ambiente modificado é resultado dessa forma de uso e ocupação. Como diz Rossini (1983), o espaço é organizado e transformado de acordo com os interesses do homem, permanecendo o lugar sem demonstrar, de forma mais visível e rápida essa transformação. O lugar passa a ser visto de forma mais pausada.

Desse modo, a cidade torna-se o lugar de conflitos entre os diversos grupos residentes, cada um tentando obter investimentos públicos que beneficiem suas atividades, pois são as cidades, que, por oferecerem melhores oportunidades de vida que o campo e por seu dinamismo, acabam atraindo grandes fluxos de pessoas que passam a se concentrar, principalmente nas áreas distantes do centro. Essa concentração gera a exigência de equipamentos urbanos, como transportes, casas, hospitais e vias de acesso, além dos serviços de infra-estrutura urbana.

Para a sociedade, a cidade é o palco da vida, mas dentro da cidade é possível perceber que a praça é o palco onde pulsa a vida que converge e sai a partir dela. Embora, atualmente, tenha e esteja perdendo espaço para outros espaços, a praça ainda é um lugar de convergência, de socialização, de confraternização, mesmo que não seja mais como na praça da cidade medieval, como no passado. Essa convergência, essa socialização é feita em ambientes fechados dos *shoppings*, dos condomínios, dos clubes, e muito raramente na praça. Nesta, somente quando é utilizada pelo “mercado” que utiliza seu espaço físico como palco de feiras, eventos culturais, muito fugazes. Apesar disso, mesmo efêmera, momentânea, a praça é perceptível. Mesmo porque hoje as coisas acontecem e passam numa velocidade cada vez maior e a praça funcionaria como um lugar no qual se dariam acontecimentos de mais vagar.

O seu tempo, que é diferente do atualmente vivido, ou seja, um tempo de pausa e movimento mais reflexivos, tem um compasso mais lento e mais adequado a

quem busca bem-estar, solidariedade, amizade, confraternização, compartilhamento, valores que, com o passar rápido do tempo, foram sendo esquecidos, deixados pelos caminhos, trocados e distorcidos, em função do modo como a sociedade atual se organiza em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais.

Segundo a definição de Murilo Marx (apud Robba & Macedo, 2002), a praça é um

logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos quadros de nossas igrejas. (...) A praça como tal, para reunião de pessoas ou para o exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de nossas capelas ou igrejas ... (p. 19).

Esta é uma definição que corresponde ao que historicamente se conhece como praça e, também, ao que mencionei, quando recorri a minha memória para falar como percebia a praça e sua importância na história das cidades e das vidas das pessoas que as habitam.

Já nas palavras de Moreno (2002),

Quando se pensa em praça ou ponto de encontro, o normal, o mais simples, é imaginar um lugar de convivência fraterna e alegre. Mas, na verdade, nem sempre a praça é o parque de diversões. Ela é também potencialmente o lugar onde se manifestam os conflitos da sociedade, quer o pacífico comício das diretas-já na praça da Sé, em São Paulo, nos anos 1980, quer os violentos acontecimentos da praça da Paz Celestial, em Pequim, na mesma década (p. 109).

A praça é um lugar de exposição e manifestação de conflitos, pois é um espaço aberto, de livre acesso que pode, dessa maneira, acolher esses dois tipos diferentes de uso, apropriação. Um de convivência e outro de exposição de conflito que são gerados na cidade, com suas nuances de construção e expansão.

Desse modo, apesar de mudanças de funções, é necessário que se discutam os novos papéis da cidade e da praça hoje, a partir do que já foi. Assim, é de extrema importância a existência e manutenção de espaços de discussão que possibilitam e oportunizam a troca de experiências essenciais para busca de soluções globais/locais, tendo a praça como ponto inicial de discussão.

Uma dessas possibilidades é a realização de pesquisas que abordam temas como este, na busca de soluções e intervenções menos danosas à unidade pessoa-ambiente, como mostramos a seguir.

Battistoni Filho (2001) fez um levantamento histórico dos principais lugares públicos da cidade de Campinas/SP, como praças, largos, parques, no qual mostra como, a partir da metade do século XV, o século XVIII e continuando pelo século XX, ocorreram transformações significativas nas paisagens das principais cidades da Europa e trazidas para as cidades brasileiras, provocando grandes influências nos desenhos destas. Ele mostra como esses lugares são importantes no cenário das cidades, mas que foram e são influenciados por modelos externos que acabam por descaracterizar suas funções inicialmente propostas, mas que, mesmo assim, eles ainda preservam algumas de suas características mais tradicionais e que podem voltar a ser revitalizadas.

Nas palavras de Robba e Macedo (2002), as praças “... são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (p. 17). Os autores concordam que existem inúmeras

definições para praça, mas que em comum, ela é, ainda, um espaço que se caracteriza por possuir um caráter social de convivência e lazer da população das cidades, mesmo que, ao longo da história, ela tenha perdido um pouco essa característica, devido a evolução e expansão da cidade, devido a suas crescentes necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Coradini (1995), em sua dissertação sobre a Praça XV de Novembro, em Florianópolis/SC, mostra isso quando discute a apropriação deste espaço e a sua conseqüente sociabilização, por parte dos principais grupos sociais identificados através de mapeamento e as formas como se dava essa apropriação. Assim, nas palavras de Coradini (1995), “Trata-se (...) de um estudo sobre formas de apropriação do espaço e significações de um espaço público” (p. 11). Mais adiante, a autora afirma que a praça XV de Novembro “... é o marco inicial de um povoado”, Florianópolis/SC que originou-se desse espaço, sendo considerado por todos “... como o coração da cidade. A partir dele ou nele se interatuam diferentes grupos sociais, atividades e interesses. (...) todos os caminhos partem dali e ali chegam (...) o entrecruzamento (...) é a praça, pois nada lhe escapa” (p. 16).

Outra autora que trabalhou com praça foi Machado (1993), realizando uma pesquisa sobre a percepção do usuário em relação à praça da Liberdade, em Belo Horizonte/MG, na qual ela enfoca este lugar como um fenômeno vivenciado pelos usuários, mostrando o que a levou a esta proposta de estudo, através da qual visava sugerir que se realizem outras pesquisas desse tipo que sirvam de orientação para melhores intervenções em lugares como uma praça baseando-se, especialmente, nas percepções de quem usa, freqüenta e passa. Ela coloca a praça como tendo não somente um recurso estético/paisagístico para a cidade e as pessoas, mas, também, outros valores extremamente importantes como “... o social (convívio entre as pessoas de diferentes

faixas etárias, sexos e condições sociais, pois são áreas públicas e abertas para quem queira frequentá-las) e o ecológico (tem função de clareira dentro da área contínua de cimento e asfalto, renovando o ar, mantendo a temperatura mais agradável)” (p. 19).

De acordo com Carlos Nelson Pereira dos Santos, em seu livro *Quando a rua vira casa* (apud Moreno, 2002), “Na verdade, o desafio das cidades - **praças** – (grifo nosso) é de todos nós. As cidades são de todos os seus habitantes que devem conhecê-las e debatê-las sempre que possível” (p. 13).

Mas, este debate não deve ficar restrito, segundo Moreno (2002),

à forma pela qual nos organizamos no ambiente urbano. Como lembrava Milton Santos (...), ‘é enganoso pensar que os centros urbanos modernos são os responsáveis pela destruição da experiência humana. As cidades são apenas a manifestação representativa da civilização que adotamos’. Se o confeito é ruim, seus ingredientes podem ser substituídos, ou melhorados, mas que tal pensarmos também numa nova receita? (p. 13).

O poder comercial, mas igualmente o poder político da cidade é concentrador e determinante de seus tamanhos e organizações. Assim, é comum que, ao se falar de cidades "a primeira coisa que se mencione seja sua forma. Afinal, trata-se de um dado concreto, um elemento fundamental para definir-lhes a personalidade” (Moreno, 2002, p. 22). Mas, acrescenta, citando o italiano Aldo Rossi, “... a arquitetura não representa senão um aspecto da realidade mais complexa de uma cidade” (p. 22). Isto é, as necessidades da vida moldam a forma como a cidade se configura e não o contrário. Ou seja, as que estavam mais preparadas para exercer tal função eram as que ficavam e assumiam o que hoje chamamos metrópoles. Isso tem a ver com a forma

como a cidade é construída, ou foi construída, foi expandindo-se e como ela vem sendo tratada. As cidades que tinham muralhas que as protegiam de ataques inimigos eram as que sobreviviam. Nem todas, é claro. Mas agora a preocupação não é mais de ordem estética ou viária. É, fundamentalmente, uma forma de dividir em lotes o solo urbano, demarcando bem a propriedade de cada um.

Aí já começa a aparecer a propriedade privada, a casa individual separada do local de trabalho, onde antes era junto. Lugar de produção e lugar de moradia. Já há uma divisão entre rural e urbano. Isso vai se acentuando cada vez mais, vai se acirrando essa relação e transformando-se na medida em que se desenvolvem novas técnicas, se descobrem novas terras, ocorre a acentuada divisão do trabalho com o advento da Revolução Industrial. O homem vai ficando cada vez mais urbano, embora dependente, ainda, do campo.

Esse crescente distanciamento se acentua até chegar aos dias de hoje, em que a população do mundo, em cerca de 80% está localizada nas cidades, nas urbes, nas metrópoles. Mas, há uma troca e relação com o campo, porque é este, ainda, que fornece as mercadorias necessárias às pessoas que vivem nas cidades. Estas, hoje, são quase que auto-suficientes, embora tenham expandido e explodido em termos de extensão e crescimento populacional. Nas palavras de Baudelaire (apud Mariano Neto, 2001) "A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal" (p. 39).

Urbanistas, arquitetos, industriais, biólogos, planejadores, sociólogos, todos pensavam a cidade na busca de ajustá-la aos desenvolvimentos crescentes, tanto em termos populacionais como econômicos, políticos e sociais, além do surgimento da internet. "O século XX foi aquele em que a cidade passou a ser encarada de forma mais atenta pela sociedade como um todo" (Moreno, 2002, p. 43).



Nesse sentido, Choay (apud Moreno, 2002) em sua análise sobre as cidades diz que:

Antes, a cidade era entendida por muitos como o lugar da História, onde a burguesia se desenvolveu e exerceu seu papel (...). Agora, ‘... o interesse dos urbanistas desloca-se das estruturas econômicas e sociais para as estruturas técnicas e estética’. De qualquer forma, (...) a cidade não perde seu componente político (p. 46).

Nas cidades medievais havia vida comunitária; elas eram pequenas em extensão, o que oportunizava aos habitantes destas a possibilidade de se sentirem como que guardiões deste espaço, deste lugar no qual viviam. Guardadas as devidas proporções, até que não seria de todo mal se a humanidade, hoje, pensasse e buscasse um caminho intermediário entre a cidade medieval, com sua vida solidária e a cidade pós-moderna (digital/ilegível – na definição de Ferrara, 1999, p. 64), na qual, praticamente tudo é controle remoto, ou seja, é apertar um botão. Podemos igualmente falar sobre as praças destas cidades, que eram espaços de atividades comerciais, mas que tinham, também, um caráter de aglutinar pessoas de várias partes para troca de mercadorias, notícias, idéias sobre familiares etc.

Em 1933, ocorre a divulgação da Carta de Atenas, que foi um dos primeiros documentos, no qual se estabeleciam modelos de como deveriam ser as cidades adotando um modelo que tinha como principais pressupostos ou funções a idéia de “... habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular” (Moreno, 2002, p. 47). Hoje existe isso, ainda? Está um pouco parecido em algumas coisas, dependendo do significado que é dado a cada um desses verbos. O tipo de arquitetura e planejamento

urbano, ainda se percebe nas cidades dos dias atuais, apesar disso e ter tido sua origem no início e metade do século XX.

A cidade modernista, apesar de ter uma proposta de ser mais humanizada, no fundo, enfatizava o individualismo, o egoísmo, não dando chance para trocas, inter-ações que nas cidades mais tradicionais se realizavam, especialmente nas praças, ruas e calçadas que, como diz Jacobs (2000), são “um real exemplo de espaço humanizado”, no qual

sob a aparente desordem da velha cidade, onde quer que ela funcione corretamente, manter a segurança das ruas e a liberdade urbana é algo maravilhoso. É uma ordem complexa. Sua essência é a complicação do uso das calçadas, trazendo consigo uma constante sucessão de visões. A ordem é toda composta de movimento e mudança, e, embora seja vida, e não arte, podemos fantasiosamente chamá-la de a forma artística de cidade e compará-la à dança – não uma dança elementar de precisão, com todo mundo batendo o pé ao mesmo tempo, rodopiando em uníssono e inclinando-se em massa, mas um intrincado balé no qual os dançarinos, como indivíduos e grupo, têm partes distintas que miraculosamente se reforçam umas às outras e compõem um todo ordenado. O balé da calçada da boa cidade nunca se repete de um lugar a outro, e em todo lugar está sempre repleto de novas improvisações (p. 52).

As renovações urbanísticas propostas por arquitetos, planejadores urbanos, políticos ou seja quem for, é preciso ter claro, de qualquer forma, a necessária participação da comunidade, visto que, além de trazer e ter soluções técnicas, são

soluções para as vidas das pessoas atingidas por tais reformas/renovações. Esse novo olhar em relação a questão da urbanização teve um primeiro momento em Vancouver, em 1976, onde foi promovida pela ONU a Habitat, Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos, resultando em um número considerável de recomendações que, como em outros eventos desse porte, não são seguidas nem em parte. Embora tivesse sido um momento em que o mundo se habilitou a ver com maior preocupação essa questão. Houve outros eventos do Habitat - Istambul, em 1996 -, onde mais uma vez se propunha já uma busca de uma habitação mais adequada para todos e se falava num desenvolvimento sustentável para as cidades.

A década de 1990 é marcada por vários eventos que tentam buscar soluções através da exposição dos problemas que já atingiam todo o mundo, seja ambiental, social, cultural, político, econômico, como também propondo soluções que deveriam ser seguidas, efetivadas para todos os países que participaram e participam desses eventos. O que não vem ocorrendo. Mas, de qualquer forma, é um avanço ter esses espaços de exposição e discussão mundial, pois daí pode-se conseguir pequenas vitórias e, além disso, fazer com que esses espaços sejam garantidos de todo jeito, para assim podermos pensar em soluções mundiais, sendo aplicadas localmente.

Sendo assim, “Como propor o desenvolvimento sustentável para um determinado local, sem inseri-lo em um mundo globalizado e gerido a partir da indiscriminada exploração dos recursos naturais em todas as partes?”, pergunta Moreno (2002, p. 61).

Concordei com Moreno (2002), quando ele disse que, atualmente, nossa maior preocupação é que “no atual estágio de desenvolvimento da humanidade, já existe algum pacto de desenvolvimento sustentável para proteção da natureza, melhoria do atual nível de vida das pessoas, especialmente dos países subdesenvolvidos, como é o

caso do Brasil” (p. 61). Precisamos escolher o que queremos como sociedade, país, cidade, comunidade. Mas será que existe realmente este pacto? Em que está baseado, que concessões terão ou são feitas para que se possa dizer que este pacto existe? Isso é o que talvez sugira Bookchin (apud Mariano Neto, 2001), pois, segundo ele,

os problemas ecológicos só podem ser resolvidos com profunda mudança social, substituindo-se a atual sociedade por uma sociedade ecológica que incorpore mudanças radicais e indispensáveis para eliminar os abusos ecológicos. Uma sociedade baseada no humanismo ecológico, que encarne uma nova racionalidade, uma nova ciência, uma nova tecnologia (p. 63).

É preciso pensar, discutir e ver se é possível encontrar, através de uma reflexão sobre a sociedade atual, a sociedade que queremos para nós e os nossos filhos. Como diz Mariano Neto (2001), “Pensar a natureza, a sociedade e o século XXI no contexto da atual (des)ordem mundial significa uma reflexão dos comportamentos sócio-econômicos e técnico-científicos vividos pela humanidade em seus diferentes estágios de desenvolvimento” (p. 64).

Desse modo, é possível observar que, no pensar de Lima e Fernandes (2000),

As transformações urbanísticas e tecnológicas não permitem mais espaços comuns na cidade. Esses espaços, que eram representados pelas praças, já não têm mais importância nem sentido sob o ponto de vista da lógica da vivência do urbano. Os espaços comuns foram substituídos por espaços de consumo que se realizam no ‘shopping center’. O que importa é a circulação do cidadão. (...). Mas, nem por isso, o drama da cidade desapareceu; ele se desenrola, hoje, justamente nos

espaços de comunhão (trens, metrô, etc.) e durante os momentos em que a conexão acontece (pp. 15-16).

Trago um pouco essa reflexão para mais perto de nós quando leio nas palavras de Tietenberg e May (apud Mariano Neto, 2001), que

Estamos diante dos quinhentos anos de profundas alterações sócio-econômicas, culturais e ambientais que nosso estágio de civilização propiciou. O lucro mata a natureza e não contabiliza as perdas ambientais. Vivemos as supersafras ao lado da fome. A crise é econômica, ecológica, moral, ética e de atitudes humanas. Na realidade, estamos diante de uma encruzilhada, em que a humanidade não acompanha o ritmo do progresso de uma minoria que comanda o mundial e a natureza não aceita esse ritmo de desenvolvimento imposto pelos homens – **nem os homens** (grifo nosso). As prioridades não são ambientais nem para sustentabilidade de gerações futuras, pois na seqüência lógica do tempo, de nós sairão as próximas gerações. Ou seja, os rumos ao desenvolvimento sustentável esbarram na economia de mercado e ainda não temos mecanismos políticos e culturais que administrem uma transição no sentido de uma ecológica (sustentável) (p. 72).

Compartilhando do pensamento de Mariano Neto (2001), somente os mais velhos ainda guardam na memória acontecimentos importantes que significam a sobrevivência da humanidade neste meio ambiente. Os mais jovens estão desinteressados e apáticos para reconhecer e acompanhar as possíveis mudanças que podem se passar pelas ruas, praças, calçadas e não somente, ou melhor, não

determinantemente pela televisão em um ritmo acelerado característico da modernização.

De acordo com Moreno (2002), baseando-se no pensamento de José Chacon de Assis, “o desenvolvimento sustentável é a saída para a melhoria da qualidade de vida dos países periféricos e subdesenvolvidos e, em última instância, a única possibilidade de sobrevivência para a própria humanidade”, visto que propõe um “crescimento mais racional da população, a conservação de recursos, a reestruturação do sistema de consumo e a redução da poluição ...” (pp. 85-86), além de outros fatores, como a observância e prática dos valores éticos tão desgastados atualmente. Baseando-se nesses aspectos, pode-se ver que assim os tempos passado, presente e futuro podem se encontrar e experimentar uma perspectiva que chegue até aos netos, bisnetos, ...

Para Acselrad (2001), “a aplicação da noção de sustentabilidade sobre o desenvolvimento das cidades exprime um duplo movimento de ‘ambientação’ das políticas urbanas e de introdução das questões urbanas no debate ambiental” (p. 21). E continua, “... observa-se uma preocupação crescente com a temporalidade das cidades, com as ameaças à estabilidade das estruturas urbanas ao longo do tempo, com o risco de que as cidades possam perder substancialmente sua ‘sustentabilidade’” (p.21).

De acordo com Pol (1999), sustentabilidade “comporta uma redefinição da questão ambiental que nos conduz a dar um salto quantitativo adiante. O horizonte do que é prevenção ambiental ou do que deve ser a intervenção nos programas ambientais” (p. 25). É necessário que se tenha uma visão de compatibilidade em relação às questões não só ambientais, mas também, sociais, econômicas, políticas e culturais, não separando-as umas das outras, pois não são estanques, tanto no presente quanto futuramente.

Nesse sentido, afirmam Lima e Fernandes (2000) que:

Ao se confrontar com a estranheza que configura a vida cotidiana e histórica na metrópole (...), o sujeito tende à nostalgia fácil, ao lirismo ingênuo, que se consolida idealizando uma dimensão humana e social mais próxima, menor que teria sido capaz de acolher, nutrir e proteger seus membros, unindo-os em comunidades. Mesmo um breve olhar sobre o passado, recente ou distante, indica que se trata, mesmo, de uma idealização compensadora, uma forma de amenizar e de produzir um consolo do profundo mal-estar vivido no presente (p. 90).

Assim, as mudanças observadas em relação à preocupação com o meio ambiente, seja ele rural ou urbano, das cidades, vem inicialmente a partir de 1972, com a Conferência de Estocolmo, que resultou num relatório sobre a situação em que se encontrava o planeta naquele momento, propondo sugestões para uma mudança, pois caso não ocorressem, o quadro se tornaria cada vez mais complicado. A partir daí, houve um maior interesse e preocupação em relação a este tema que resultou em vários outros eventos, principalmente os ligados ao meio ambiente, como teve na Rio-92 um papel importantíssimo no desenrolar das mudanças em prol de uma humanidade sustentável em seus países e cidades.

Conforme Assis (apud Moreno, 2002), essa transformação de direcionamento em prol da melhoria da vida nas cidades, é considerada uma nova utopia, na qual, em suas palavras,

... esse novo paradigma deve estar impregnado de um valor ético. A economia solidária que se traduz na ampliação dos bens e serviços e no aumento de sua utilidade, em contrapartida ao individualismo e consumismo exacerbado que dão

suporte ao modelo econômico atual, sem compromisso com as futuras gerações (p. 86).

Desse modo, se configuraria uma nova utopia que se fundamenta na sustentabilidade dos recursos, das coisas produzidas, das pessoas e do tempo de durabilidade do que foi produzido com vista a possibilitar que esta geração atual continue existindo, e, conseqüentemente, as gerações que virão.

Nesse sentido, é imprescindível perceber, observar e ter claro que o futuro dessa civilização, em suas gerações atual e futura estará diretamente ligado por suas cidades e em suas cidades. Elas é que vão determinar se haverá ou não um futuro diferente do atualmente vislumbrado, pois tudo, ou quase tudo ocorre e é criado nelas.

Dessa forma, Moreno (2002) expõe uma proposta colocada pelo arquiteto Richard Rogers, na qual busca um “ambiente urbano sustentável” e propõe uma reinterpretação e uma reinvenção do que seja o modelo de ‘cidade densa’ muito difundido nos EUA e no Brasil. Sua proposta baseia-se, simplesmente, em que a cidade seja “compacta e auto-sustentável, seja densa e socialmente diversa”, mas com as atividades econômicas e sociais desenvolvidas nela “... se mesquem e os bairros constituam o centro da vida comunitária”. Do ponto de vista deste arquiteto, a cidade denominada compacta e auto-sustentável poderia trazer de volta os modelos que deram certo nas cidades medievais, que tinham sua vida estabelecida por uma condição mais de comunidade, ou seja, ele propõe “... reinstalar a cidade como o habitat ideal para uma sociedade baseada na vida comunitária”. Seu modelo, segundo ele “de estrutura urbana poderia ser reinterpretado e adaptado para qualquer cultura ou condição econômico-social” (p. 88).



Esta utopia, realizável, poderá e deverá, com certeza, passar pelas ruas, calçadas e praças, espaços públicos que proporcionam o que ele chama de 'incentivar o contato cara-a-cara', apesar dos shopping-centers, internet, condomínios fechados e a questão da violência. Para que isso se realize, a calçada, a rua, a praça, precisam ser ocupadas pelas pessoas que buscam uma melhor qualidade de vida e uma forma diferente de relacionamento inter-pessoal e com o ambiente.

Rogers (apud Moreno, 2002), que é

contra o zoneamento que divide as atividades (...) propõe que elas se misturem. As edificações igualmente deveriam retomar o conceito de uso misto (...) ao mesmo tempo que se resgataria a vida nas ruas e se reduziria a necessidade de as pessoas se deslocarem de carro para o trabalho todos os dias (p. 88).

Concordo com o autor, pois é bem menos desgastante você trabalhar e ter seu lazer ou qualquer outra coisa quando você trabalha em casa ou próximo a sua casa, não tendo que se deslocar, congestionar o trânsito, etc. Daí ele propõe, “uma estrutura urbana assim talvez seja mais complexa de planejar, mas aqui a questão básica é simplificar não a vida dos planejadores, e sim a dos habitantes das cidades”.

Diante dessa proposta, Moreno (2002) pergunta, e eu também, “e o que fazer com o automóvel? Ele é o elemento-chave de coesão das estruturas urbanas atuais e, simultaneamente, uma das principais causas de sua erosão” (p. 89). É uma boa pergunta que, para mim, se resolveria em não mais se produzir automóveis e sim meios de transportes coletivos ou individuais – como a bicicleta – para que as pessoas pudessem entrar em contato umas com as outras, as ruas, as praças, os lugares em que moram, passam e nem vêem pela velocidade do carro, que se utilizassem de outros tipos

de energia mais condizentes com o que se propõe como sustentabilidade. Sei que não é tão simples de uma hora para outra se dizer, acabem com a produção dos automóveis. Mas, é preciso, necessário, urgente, imprescindível se pensar e refletir sobre o que queremos como sociedade agora e o que ficará para o futuro.

Rogers (apud Moreno, 2002) responde propondo

a cidade compacta e auto-sustentável, que (...) cresceria em torno de centros de atividades sociais e comerciais interligados por meios de transporte público. Junto a esses centros, brotariam os bairros residenciais, cada qual com parque, escolas, equipamentos de saúde e locais de trabalho que garantam vida independente para seus moradores, evitando longos deslocamentos (p. 89).

Ele cita o exemplo de Xangai, na qual foi aplicado esse modelo e trouxe redução de energia, de poluição, de custo de vida, etc. É claro que esse modelo ou proposta não é para ser imposto e aplicado em toda e qualquer cidade, mesmo porque até pelo próprio conceito, cada uma deve ser estudada e vistas as suas potencialidades de urbanização respeitando suas características próprias.

Que tal propor, além das sugestões acima, ruas mais estreitas, calçadas, espaços nos quais se possa caminhar, contemplar, conversar num ritmo mais sereno sem o perigo e o medo de qualquer acidente causado, principalmente, pelos automóveis.

Defender a praça, parodiando Yázigi (2000) quando de sua defesa pela rua, é “remar contra a maré. Perdemos de vista seu amplo significado histórico e social; sua virtuosidade no cotidiano” (p. 339).

Neste sentido, é necessário e imprescindível o direito ao patrimônio ambiental urbano com os seus valores econômicos, históricos, sociais, culturais,

formais, técnicos e afetivos no usufruto da cidade, sem o qual a memória social e a própria idéia de lugar ficam comprometidos. Ele é um dos principais indicadores da consubstanciação da qualidade de vida no espaço público, desde que visto no movimento do processo social (Yázigi, 2000).

Portanto, “O direito à percepção mais ampla, enquanto desdobramento do patrimônio ambiental, constitui-se em fundamentais referências do cidadão, sem valores universais na relação significante-significado, mas de importância para a vida cotidiana em espaço público” (Yázigi, 2000, p. 347-348).

### **3. Duas meninas que nasceram e cresceram juntas: a cidade de Natal e a Praça André de Albuquerque**

#### **3.1 - Um pequeno passeio histórico pela cidade de Natal**

A história de Natal é meio que imbricada com a da Praça André de Albuquerque - PAA. Enquanto a cidade começa a se desenvolver, alguns anos depois a praça vai se estabelecendo. Desta forma, em determinados momentos se confundindo com a expansão do núcleo urbano que já nasceu cidade.

De acordo com Souza (2001), a cidade de Natal foi fundada como forma de consolidar a colonização portuguesa nesta região. Após várias negociações, em 1599, os portugueses selaram um acordo de paz com os indígenas locais. Nesta época, próximo à fortaleza dos Reis Magos havia um arraial.

Para o historiador Hélio Galvão (1979), já existiam referências da existência de um pequeno povoado, comprovado por cartas holandesas da época, que logo desapareceu, compreendendo-se que estes primeiros moradores buscavam a proximidade entre as construções para se sentirem seguros e facilitar a comunicação, embora estes não tivessem uma moradia fixa.

Alguns historiadores discutem a existência de três hipóteses em relação ao fundador da cidade de Natal, embora já se tenha aceitado uma delas. Também se discute a questão da data em que foi fundada. A primeira hipótese é que, quem fundou foi Jerônimo de Albuquerque; a segunda, diz que quem fundou a cidade de Natal foi João Rodrigues Colaço; e a terceira e mais aceita até hoje é comprovada por Luís da Câmara Cascudo (1999), um dos mais conceituados historiadores, dizendo que o

homem que fundou a cidade foi Manoel Mascarenhas Homem, que era capitão-mor de Pernambuco. Na época teve a incumbência de comandar uma expedição colonizadora, já que essa região estava sob o domínio dos franceses e, também, holandeses, embora estes tenham vindo um pouco depois e ficado durante o período de 21 anos (12 de dezembro de 1633 até fevereiro de 1654).

Cumprindo ordens reais, Manoel Mascarenhas Homem veio para essa região, que depois se transformou em Capitania do Rio Grande do Norte, para tentar o contato com os indígenas locais e consolidar as pazes buscadas até então. Isso aconteceu em junho de 1599 e, não querendo descumprir as ordens do rei Filipe II, pois havia sido encarregado por este para cumpri-la até o final, teve que ficar por aqui, apesar das dificuldades encontradas. Desse modo, houve a cerimônia de consolidação das pazes com os indígenas que ocorreu na PAA (Casculo, 1999).

Essas hipóteses em relação ao fundador da cidade, falam que Natal originou-se a partir dessa cerimônia - missa -, realizada na capelinha construída para tal fim, marcando a presença portuguesa na região. Essa igreja foi construída em um platô que possibilitava a visão da barra do rio e da Fortaleza dos Reis Magos, já então construída para defenderem-se dos ataques franceses e holandeses. Esse platô, como chamaram, é o que hoje conhecemos como PAA. Não havia nada que demarcasse essa área, a não ser a capela.

Quanto à data de fundação da cidade, a maioria dos historiadores diz que a data certa foi 25 de dezembro de 1599. Passou a chamar-se Natal pela coincidência com a data do nascimento de Jesus Cristo. Mas, segundo Serafim (apud Souza, 2001, p. 23), "Chamou-se Natal, porque foi esse o tempo em que a armada entrou na barra do Rio Grande do Norte. Apesar da cidade só começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato".

Como mencionado anteriormente, a cidade foi fundada no pequeno planalto existente após a boca do rio que possuía um chão firme e elevado o bastante para a vigília da entrada da barra. Este espaço ocupado pela capela na cerimônia realizada ali, e que depois foi sendo usado para as construções que foram aparecendo em seu entorno, como a casa do governador da província, capela, a casa de câmara e cadeia, etc. e que hoje, são o Palácio Potengi, a antiga catedral (Igreja Matriz) e o Memorial Câmara Cascudo, respectivamente (Souza, 2001).

O governo da cidade e do estado era exercido pelos capitães-mores designados pelo rei. Após esse período, por volta do séc. XVII, a cidade começou a ser governada pelo Senado da Câmara, que com a invasão holandesa, foi destruído e reconstruído em 1662, consolidando-se e governando até 1828, quando aí criaram-se as Câmaras Municipais. Estas governaram a cidade entre os anos de 1828 até 1889, quando houve a implantação, no país, do Regime Republicano, passando a se chamar Intendência Municipal. Com a Revolução de 1930, passou a ser, ao invés de Intendente Municipal, Prefeito Municipal (Souza, 2001).

Durante o séc. XVIII, Natal começou a adquirir uma feição de cidade tradicional, apesar de existir em somente dois bairros: Cidade Alta e Ribeira, com suas primeiras ruas, consolidando, assim, seu espaço geográfico perante os invasores e, principalmente, também seus habitantes.

Cascudo (1999), quando analisa os primeiros anos da existência de Natal, observa que sua expansão ocorreu de forma lenta, pois o que interessava era a defesa do território e não a vida da cidade e seus habitantes. Ele comenta que a cidade existia somente no papel. Nos primeiros anos de sua existência, segundo Olavo de Medeiros Filho (apud Souza 2001), em Natal havia em torno de trinta a quarenta casas de palha e barro. Os habitantes com mais recursos viviam em sítios nos arredores, vindo para a

cidade com a intenção apenas de assistir a missa. A população deste povoado não passava de 120 ou 130 homens, sendo em sua maioria camponeses.

E assim continuou durante o século seguinte (séc. XIX) e início do séc. XX, quando, com o aumento da população, houve um impulsionamento na expansão da cidade em termos de estrutura de transportes, água, esgotos, iluminação, calçamentos, abertura de mais ruas e criação de novos bairros. Com isso, foram surgindo as praças, e a mais antiga, a André de Albuquerque, foi ganhando delineamentos, ajardinamento, bancos, calçamento das passarelas da praça para passeios depois da missa.

Em relação à história da cidade de Natal, especialmente na primeira metade do século passado, houve diversos momentos de tentativa de planejar e ordenar a ocupação da cidade. Destacam-se os estudos encomendados pelo poder municipal e elaborados por arquitetos convidados para este fim, denominados de Planos Urbanísticos, dentre os quais pode-se citar o Projeto Cidade Nova, proposto por Giacomo Palumbo – 1901; em seguida, veio o Plano de Sistematização de Natal, elaborado por Antonio Polidrelli – 1929; depois, tem-se o Plano Geral de Obras, encomendado ao escritório Saturnino de Brito – 1935. Vê-se que a preocupação desses planos era maior em relação a estética e aos padrões higienistas, exemplificado pelas ruas largas, com canteiros arborizados (Souza, 2001).

Após algumas décadas, voltaram as discussões em torno do planejamento adequado da cidade em termos de uso e ocupação do solo urbano, o que originou os planos urbanísticos elaborados pela SERETE, de autoria do arquiteto Jorge Wilhein que se transformou no Plano Diretor de 1974, Lei n. 2211/74; e em seguida a proposta de controle e zoneamento da intensidade e densidade de ocupação, coordenada pelo arquiteto Moacyr Gomes da Costa que é Plano Diretor de 1984, Lei n. 3175/84; e, mais recentemente, o Plano Diretor de 1994, Lei Complementar n. 7/94, que contempla ainda

o zoneamento, agora com a delimitação das zonas de proteção ambiental da cidade e estabelece algumas diretrizes em relação ao uso do solo urbano (Miranda, 1999).

É interessante notar que, pelo modo como se planejou a cidade principalmente nas décadas de 60 a 80, as praças não foram sendo sinônimo de lugar para lazer, leitura, encontro, descanso, comunicação entre as pessoas e um lugar de pausa.

No decorrer dos últimos vinte anos, o processo de ocupação da paisagem urbana de Natal, se deu, principalmente, pela crescente expansão em direção à zona sul da cidade, pois é uma das áreas para onde esta pode se expandir e que apresenta ainda os chamados vazios urbanos que o setor imobiliário dispunha para uma maior especulação, provocando, assim, modificações no seu meio social e natural. Embora se observe esse crescimento em direção a zona norte da cidade que apresentava, também, esse mesmo processo de ocupação.

A cidade foi crescendo e incorporando novas áreas, anteriormente tidas como rurais, provocando valorização dessas áreas, através da especulação imobiliária, com a modificação no uso do solo que será ocupado. Esse processo, em sua maioria, dirigido pelo próprio poder público, através de políticas públicas como remoção de favelas, valorizando o solo urbano dessas áreas, ou elaborando políticas urbanas, como construção de conjuntos habitacionais, avenidas, implementação de loteamentos etc., que resultam numa maior valorização do valor do solo urbano, favorecendo a especulação imobiliária que beneficia apenas os grupos urbanos privilegiados.

Ao longo das últimas décadas as cidades brasileiras passaram por processos de mudanças em relação à infra-estrutura, serviços e economia. Essas mudanças são decorrentes dos investimentos feitos pelos setores político-econômicos nacionais, com vistas a atender ao crescente avanço do desenvolvimento econômico



brasileiro, gerado pela implantação do processo de industrialização no país. Como este processo se deu após a 2ª Guerra Mundial e o país não tinha ainda uma adequada estrutura, tornou-se necessário que se fizessem investimentos em obras que permitissem a instalação das indústrias e serviços nas cidades.

Para possibilitar essas obras, foram geradas diversas políticas públicas, implementadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND's, nas décadas de 70 e 80, dentre as quais se destaca a política de habitação que geraria novos empregos, pela construção civil, e faria com que houvesse crescimento das cidades em oferta de serviços e crescimento da economia (IDEC/RN, 1994).

Trazendo essa realidade nacional para as cidades nordestinas, vemos que isso também ocorreu por aqui e Natal não poderia ser diferente. Segundo o IDEC/RN (1994, p. 234) "... Natal, é um nítido exemplo, visto que (...), as áreas incorporadas à antiga área urbana são basicamente constituídas de grandes conjuntos habitacionais ...".

Em Natal, a base dessas políticas era a construção de conjuntos habitacionais que atendiam a demanda das diversas classes sociais, visto que os órgãos criados atendiam, cada um, a determinado setor econômico nas cidades. Esses conjuntos eram, geralmente, construídos em áreas anteriormente consideradas periféricas, suburbanas e até rurais dependendo da área do município. Isso gerava uma valorização dos terrenos que se localizassem próximos a essas construções.

Assim, a cidade de Natal, a exemplo de outras cidades que foram alvo dos investimentos públicos para habitação, vai se formando e se expandindo, basicamente, por bairros constituídos a partir de conjuntos habitacionais. São várias unidades construídas em duas décadas e que atingiram os antigos limites do município, nas direções norte, sul e oeste.

Paralelamente à expansão da cidade para áreas periféricas distantes dos bairros centrais, em termos geográficos, ocorreu também a maior valorização dos terrenos vazios localizados entre os conjuntos habitacionais e próximos a estes, provocada também pela abertura de vias de acesso que cortavam as áreas que antes impediam a maior circulação da população, da economia e dos serviços.

Nesse sentido, Natal não fugiu à regra, tendo seus conjuntos maiores, construídos entre o final da década de 1970 e nos anos 1980, “espaços livres”, “públicos”, “verdes”. Em alguns desses conjuntos podemos encontrar algo parecido com uma praça. Contudo, a grande maioria não utilizou esses espaços para tal fim, ou seja, o lazer, o entretenimento, o descanso, o encontro. Ficou sendo um espaço vazio (vários espaços vazios) dentro desses conjuntos habitacionais, que em sua maioria, eram destinados a deposição de lixo, entulho, refúgio.

Quanto mais a cidade se expande e se estende, mais a unidade da população e da família é reduzida, pois a cidade moderna, como Natal está querendo ser, deixou de ser um lugar em que havia a possibilidade de socialização para se tornar dessocializante, individualista e de distâncias.

Em algumas cidades, o hábito de discutir em conjunto, encontrar, reunir, tão rico e cheio de possibilidades e observações, foi interrompido para dar lugar a espaços fechados, cimentados, que apesar de também procurarem reunir - *shopping center* - não têm as mesmas características que foram conservadas, como em alguns edifícios antigos, igrejas, praças, etc.

Natal é uma cidade que sempre foi construída de fora para dentro, ou seja, o que vinha de fora era a melhor opção para se concretizar aqui. Não houve uma reflexão, nem intenção de se construir uma cidade para seus cidadãos. Foi mais destinada e determinada, construída e reconstruída por governantes e habitantes que

visavam muito mais transformá-la em atração para inglês ver do que em um lugar que tivesse sua história calcada em construções, momentos de reformas, revitalizações próprias. Somente assim, com esta perspectiva, ela seria uma cidade com características bem fundamentadas para o turismo, uma de suas vocações, como pregam a mídia e seus administradores sucessivos, muito embora, não seja somente esta função que a cidade de Natal pode realizar. Mas não, ela é o fora que vem e deixa aqui seu rastro no que está e fica dentro. Mesmo que não seja incorporado em seu todo, mas busca sempre por coisas, idéias, modos e costumes que não lhe dizem respeito, pelo menos na maioria das vezes. Ela não tem uma “cara” própria, ou talvez sua “cara” seja somente praia e sol, ou não tenha “cara” nenhuma. Sua identidade é a não-identidade. Embora, contraditoriamente, ela seja muito mais do que isso. Ela, “ainda”, é um lugar que pode possibilitar encontros de olhares externos e internos, de vida.

### **3.2 - O nascimento e crescimento da Praça André de Albuquerque**

De início, devido aos vários movimentos libertadores que aconteciam pelo país, aqui no estado a liderança de uma tentativa de libertação nacional ocorrida a partir do estado de Pernambuco, foi de um senhor de engenho chamado André de Albuquerque Maranhão, que durante o período do movimento governou o estado por apenas um mês, quando foi preso e morto na Fortaleza dos Reis Magos.

Assim, para dar reconhecimento a este personagem importante nesse movimento, por volta de 1888, a Câmara Municipal de Natal fez a mudança de nome da Rua Grande, uma rua aberta nesse local, para Praça André de Albuquerque (ver Figura 1). Mesmo tendo esse nome, ela foi criada somente no papel, no seu início de vida, pois, no final do século XIX (1896) não existia nada que a caracterizasse como uma praça (Souza, 2001). Portanto, era, ainda, um espaço aberto com muitas árvores e alguns

prédios governamentais da época (Igreja da Matriz – velha catedral, a sede do Governo, a cadeia e os demais poderes), não tendo sido ajardinada, nem delimitada em seu espaço físico com outras estruturas, e os moradores a conheciam como a praça da Matriz.

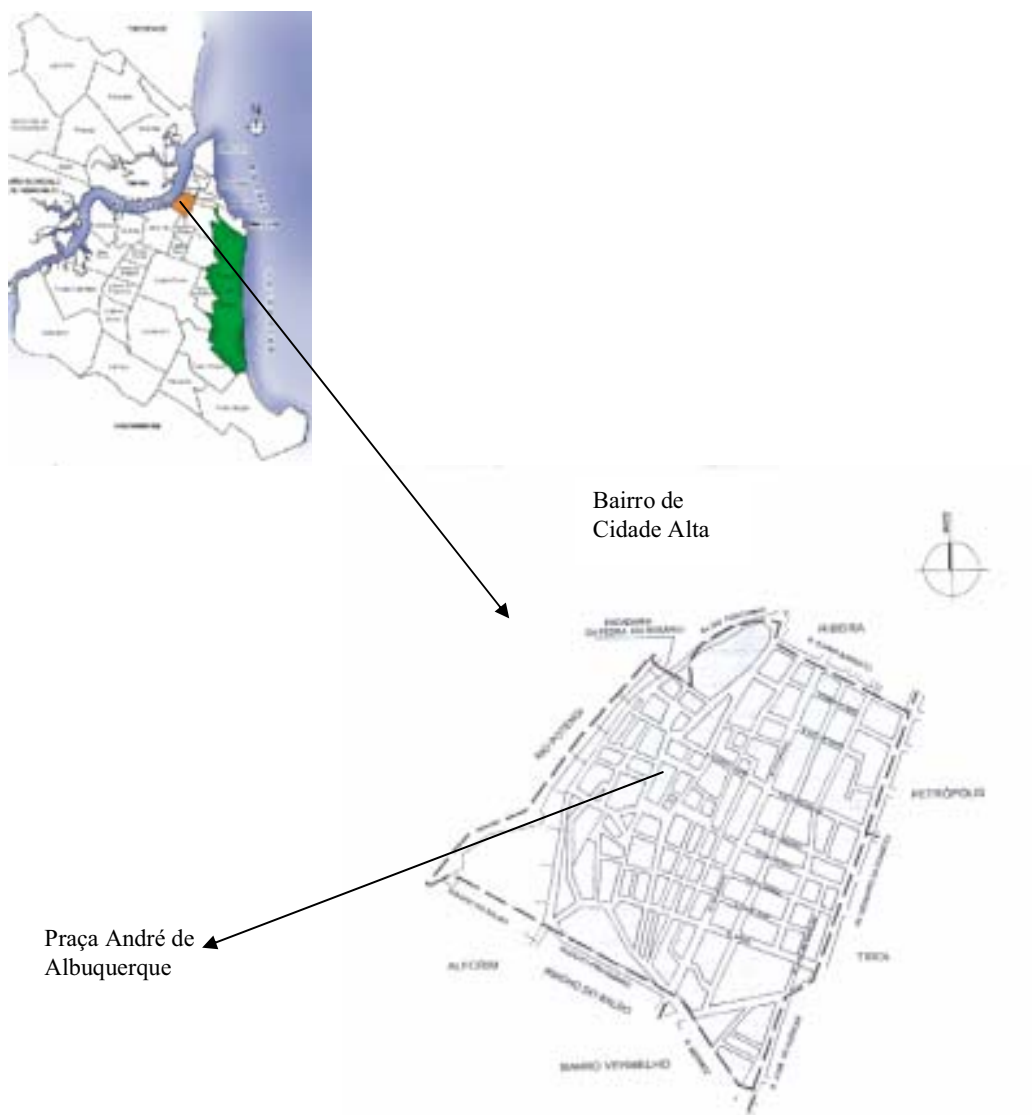


Figura 1 – Localização da Praça André de Albuquerque.

As primeiras praças natalenses foram criadas com características do modelo europeu, importado devido à colonização, cumprindo sua função que atravessou esses anos todos, embora existam algumas em decadência. Por outro lado, há outras que foram “reformadas” ou, como dizem, “revitalizadas”. A mais antiga, PAA, desde seu início, tendo a vocação para a função de reunir e demonstrar o poder governamental da época, com monumentos que os simbolizavam. Existia um lugar que era o coreto, no qual se podia brincar, assistir a apresentações de bandas ou teatro, embora nos anos anteriores à última reforma estivesse sendo utilizado para outros fins.

A PAA, no seu início, não tinha uma delimitação física que a caracterizasse como um local específico para ser considerado uma praça. Não possuía significados e valor para a população da cidade de Natal até meados do século XIX. Este local era apenas um espaço aberto não possuindo elementos físicos que pudessem ser identificados pela população da cidade. À medida que foi sendo utilizado e apropriado pelos habitantes, este local deixou de ser apenas um "espaço" para se transformar em um "lugar" (Tuan, 1983). Lugar este de reuniões, festejos cívicos, políticos, culturais, dotando-o de valor e significado (Machado, 1993).

Lucena (1999) fez um levantamento de dados históricos sobre a PAA, para propor uma intervenção que buscasse despertar os cidadãos para a importância histórica deste lugar para a cidade. Nas palavras deste autor, “foi no transcorrer desse processo que a PAA deixou de ser apenas um grande descampado cercado de prédios para figurar os novos padrões urbanos, condizentes com a nova situação que se configurava” (p.17), que era a chegada ao poder, após a Proclamação da República, do grupo liderado por Pedro Velho que era mais ligado em fazer da cidade um espaço um pouco mais ‘aformoseado’ para os seus habitantes.

Ainda segundo o autor, “A partir de 1901, a cidade vai ser objeto de oito planos diretores e urbanísticos” (p. 17), sempre de acordo com o grupo político que chega ao poder municipal ou estadual e se habilita a dar uma nova cara para a cidade e a praça. Destes planos todos, o único que considerou a área da praça como sendo um espaço passível de se intervir, foi o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal – RN, mais conhecido como Plano Serete, que será mencionado mais adiante.

As intervenções feitas na praça e na cidade como um todo, tentam de algum modo, recapturar o que foi perdido, o que é passado, como uma forma de trazer ou fazer, mesmo em outros lugares, o que antes se fazia, principalmente, nas praças, em particular a desta pesquisa.

Em 1906, há uma primeira tentativa de seu ajardinamento, mas que somente vai ocorrer por volta de 1909. Mais adiante, há inauguração de um monumento de enaltecimento às virtudes de André de Albuquerque e Padre Miguelinho erguidos próximo a velha Catedral. Durante o século XX ela continuou passando por reformas, com maior arborização, colocação de bancos, outros monumentos até chegar à forma que atualmente apresenta (Souza, 2001). A última reforma foi realizada no período de comemoração dos 400 anos de Natal no ano de 1999.

Lucena (1999), quando fala sobre a história da cidade de Natal, sua fundação e primeiras edificações, diz:

tendo como primeira edificação a Igreja Matriz (...), provavelmente ao mesmo tempo que era implantado o pelourinho e posteriormente a Casa de Câmara e Cadeia, no largo da matriz, na cidade de Natal a igreja deve ter funcionado como catalizadora de um ambiente residencial. Ou seja, primeiro vieram as construções dos prédios que representavam o poder colonizador, mais adiante, com a expansão

da cidade, foram sendo construídas casas residenciais. Esses prédios foram sendo transferidos com o passar do tempo, ou tendo suas funções transformadas para que atendessem as necessidades do momento político e sociocultural vivido pela sociedade natalense (p. 23).

O autor ainda constata que, de acordo com a morfologia da praça, ela agregou durante um período, uma estrutura de ponto estratégico para defesa do território e de um entorno mais residencial, sendo este, seu maior componente. Com o passar do tempo, essa característica passou a ter uma nova função, surgindo assim as casas comerciais e tráfego de veículos coletivos, o que fez com que os antigos moradores saíssem e deixassem o espaço para a chegada do comércio.

As intervenções ocorridas até hoje na praça têm um fundo político, pois sendo a mais importante historicamente desde a fundação da cidade, é a que todos que passam pelo poder municipal querem deixar sua marca registrada. Segundo Souza (2001), a primeira intervenção feita na praça foi por Augusto Tavares de Lira, que quando governou o Rio Grande do Norte pela segunda vez, de 25 de março de 1908 à 31 de dezembro 1913, conseguiu recursos para serem aplicados em obras públicas, sendo uma delas, o calçamento em granito da PAA.

Em 1817, há, por ocasião do centenário da morte do padre Miguelinho, uma solenidade para comemorar pomposamente esta data, sendo celebrada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a inauguração do monumento dos heróis, em 1917. Este monumento está na parte mais próxima à antiga catedral.

Depois dessa inauguração e celebração desse monumento aos heróis, a praça ficou 17 anos sem receber nenhuma melhoria. Somente em 1934 é que houve, por

parte do prefeito, à época Miguel Brito, a construção de bancos de cimento armado em quantidade de cem, sendo que apenas 12 foram para a praça (Souza, 2001).

A praça, como mencionado anteriormente, passou por várias reformas, tendo cada uma o seu nome: a reforma de Joaquim Inácio de Carvalho Filho (1942-43), o monumento da cidade (1946-50), a reforma de Djalma Maranhão (1960-64), a reforma Vauban Bezerra (1977), a do 385º aniversário da cidade (1984), esta com a simples aposição de uma placa no pedestal do monumento já existente, e a última, em 1999, para comemorar o 4º centenário de fundação da cidade (ver Figura 2).

Na primeira, denominada de Joaquim Inácio de Carvalho Filho, a praça ganhou alguns melhoramentos como o acabamento das obras, como a retirada do calçamento de granito e reconstrução e ajardinamento da praça. Assim, ela passou a ter arborização, novos equipamentos como bancos e um coreto considerado moderno para a época e pavimentação em paralelepípedo (Souza, 2001).

Já na reforma do Monumento da Cidade, quando quem estava no poder municipal era Sylvio Pedroza, Câmara Cascudo, que achava que não estaria vivo no 4º centenário, sugeriu promover uma solenidade de comemoração do 350º aniversário de fundação da cidade. Essa comemoração constava da inauguração de um monumento homenageando a cidade que se resumia na colocação do Pelourinho da cidade, além de quatro canhões de ferro e uma placa de bronze (Souza, 2001). Esta intervenção foi construída no centro da praça, onde na reforma anterior, existia o coreto. Houve protestos por parte dos habitantes, estudiosos e historiadores, mas sem resultado.





Por volta de 1888.



Por volta de 1940/50 até os anos 1990.



Após a reforma de 1999.

Figura 2 – Três momentos da Praça André de Albuquerque. (Souza, 2001).

A reforma de Djalma Maranhão, em seu segundo governo de 3 de outubro de 1960 a 2 de abril de 1964, foi bem radical, pois destruiu o Monumento da Cidade, retirou os canhões e o Pelourinho. Construiu uma Concha Acústica com bar e biblioteca e na parte mais próxima do Tribunal de Justiça ergueu uma Galeria de Arte, colocando também uma fonte luminosa. Essa foi uma das reformas mais interessantes, pois conseguiu dar um novo ar à praça, com uma nova perspectiva e com vários equipamentos que atraíam as pessoas para lá.

A reforma seguinte, denominada de Vauban Bezerra, por considerar que a praça não possuía as características da arquitetura colonial existente nos prédios do seu entorno, destruiu todas as obras anteriormente feitas, pondo no lugar da Concha Acústica um novo coreto, que existiu por pouco tempo. Dos outros equipamentos foram aproveitados apenas o piso. Neste reforma a praça ganhou novos passeios, novos jardins e uma iluminação que relembra os tempos das décadas anteriores.

Já a reforma do 385º aniversário da cidade foi mais simples e contou apenas com a aposição de uma placa no pedestal do monumento já existente, mostrando, mais uma vez, que quem estava no poder queria de alguma forma, mostrar que acrescentou ou retirou algo da praça para marcar sua passagem.

E, por fim, temos a reforma de 1999, que foi a de comemoração do 4º centenário de fundação da cidade, na qual retirou-se o coreto existente, acrescentando novo piso em toda a sua extensão, 39 bancos de madeira, bancos de cimento em forma circular e novas luminárias (Souza, 2001). Esta deixou a praça com uma visão completamente horizontalizada, pois não havia nada que detivesse o olhar em algum equipamento que proporcionasse a ida das pessoas para a praça (ver Figuras 3 e 4).

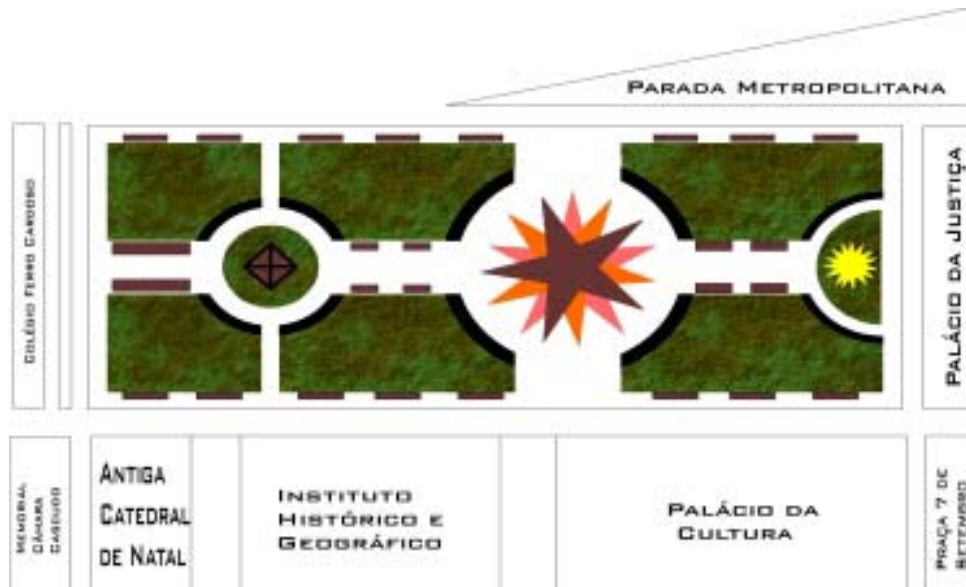


Figura 3 – Representação esquemática da Praça André de Albuquerque. (situação atual, 2004).



Figura 4 – Como ficou a Praça André de Albuquerque, após a reforma de 1999.

Devido ao momento histórico pelo qual estamos passando, a PAA vem sendo atualmente percebida somente como um lugar de passagem e não de permanência (Lucena, 1999). Quase não é utilizada como foi há tempos atrás (eventos culturais, cívicos e políticos, reunião das pessoas antes e depois da missa), agora só basicamente para passagem daqueles que se dirigem principalmente ao bairro do Alecrim, além de outros bairros. No seu entorno há paradas de ônibus que dão acesso a outros bairros da cidade, assim durante o dia ela é utilizada com a característica de passagem, à noite esvaziando-se por não possuir equipamentos capazes de reunir de forma permanente os usuários (Lucena, 1999).

A proposta de intervenção na praça, feita por Lucena (1999), busca abrigar os interesses locais tanto dos usuários permanentes da praça como o público utilitário dos equipamentos e espaços de lazer e cultura integrados, pois neste lugar se encontram três níveis organizativos básicos, o coletivo, o comunitário e o individual. Desse modo, é talvez uma proposta que visa ouvir o que os frequentadores da PAA querem, esperam, desejam, considerando os interesses políticos dos grupos de poder que estão em vigência. Também Sommer (1979) afirma em seu livro *Conscientização do Design*, em que ele busca uma forma de combinar os dois fatores existentes em uma intervenção: o arquiteto-designer e o usuário que é quem vai utilizar aquele espaço, aquele lugar, que é imprescindível que se observe e se busque, cada vez mais, essa forma de interagir entre, não somente, arquitetura e design, mas também nas outras ciências, formas de abordagem, profissões que visem intervir em algum lugar. Como por exemplo, geógrafos, planejadores urbanos, psicólogos ambientais, engenheiros.

O local onde hoje está situada a praça, teve uma evolução lenta entre os séculos XVII e XVIII, continuando sem alterações durante todo o século XIX. Mas a cidade em toda a sua extensão, que não era grande, evoluiu um pouco mais nesse

período. Pois foram se construindo mais casas, abrindo mais ruas e avenidas, criando bairros, transformando toda a infra-estrutura que era necessária para a cidade, já que esta estava crescendo e se expandindo, para que houvesse uma fixação maior da posse do território conquistado.

Após o período da Proclamação da República e com o surgimento de novas forças políticas, com novas relações de poder, possibilitaram ao núcleo urbano de Natal, crescer e se equipar, muito embora isso acontecesse de forma muito dependente do grupo que estava no poder naqueles períodos, como o é até hoje. Grupos que eram mais ligadas ao meio urbano procuravam transformar uma pequena vila, sem estrutura nenhuma de água, esgoto, transportes, iluminação. em uma cidade que pudesse absorver toda a população que crescia e chegava do campo. A praça, da mesma forma, passou a se transformar, evoluindo um pouco na medida em que os que estavam no poder começavam a implantar neste espaço, antes sem delimitação nenhuma, uma feição mais parecida com o local onde aconteciam os festejos cívicos, sociais, políticos, data comemorativas que marcavam a passagem de algum político pelo poder de governar a cidade. Houve mudanças no espaço físico com ajardinamento, arborização, delimitação arquitetônicas ou estéticas.

A PAA, com um aspecto bastante convencional, tradicional teve sua origem e importância vinculada à história da cidade de Natal, assumindo, assim, um caráter histórico bastante significativo.

Miranda (1999) diz, no início do seu livro sobre a evolução urbana de Natal - 1599-1999 que "... a cultura de um povo só será conhecida no futuro, pela criatividade e capacidade de suas realizações no passado e no presente, principalmente na sua organização sócio-espacial e arquitetônica, preservadas como testemunhos de sua história no futuro" (p.7).

Natal talvez não tenha tantas realizações, como ele cita para serem preservadas como testemunho de sua história para o futuro. Embora na PAA, pela sua importância histórica, é imprescindível e eu concordo com ele nesse aspecto, que precisa ser preservada para que seus frequentadores de hoje, possam contar, como testemunhas, a sua história no futuro para seus filhos.

A história da praça dentro da história da cidade, ela, teimosamente, está presente neste tempo de rapidez, de corrida, de ultrapassagem, de atravessamentos. Daí tê-la escolhido como um lugar a ser pesquisado, até mesmo pelas suas “cores de decadência”, visto que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam” (Claval, 1999, p. 55).

Portanto, de acordo com Coradini (1995),

Podemos, então, dizer até aqui que a cidade sempre esteve intimamente ligada com a praça pública. Afinal foi na praça que o primeiro equipamento público se estabeleceu: o Palácio do Governo. Na praça instalou-se o poder político: a administração pública, a religião, a polícia e a cultura (...). Na praça, os monumentos, os bustos e placas complementavam a harmonia das fachadas que a rodeavam ... (p.28).

Foi a partir da percepção da existência da possibilidade de que a PAA se revigore, que busquei pesquisá-la, vendo-a como um espaço que se transforma em lugar (Tuan, 1980), pela sua percepção, uso, apropriação, criação de territórios, pelo vínculo que se pode criar com este lugar de forma mais afetiva, com sensibilidade para sua importância histórica e até pela sua localização que é bem central.

#### **4. Aspectos metodológicos**

Como já dito, o referencial adotado na condução deste trabalho foi o da Psicologia Ambiental, em função da busca de uma compreensão mais abrangente do complexo tema inter-ação pessoa-praça. Considerando a certa “juventude” desta área, os estudos que nela se desenvolvem o fazem por meio de uma aproximação gradual dos objetos, para que o acesso às suas características e peculiaridades seja realmente eficiente. Para tanto, costuma-se iniciar os trabalhos por meio de instrumentos pouco estruturados, que permitam a obtenção de dados que direcionem o correr da pesquisa.

Neste trabalho, este contato inicial se fez por meio de observações assistemáticas exaustivas e realizadas durante o dia, painel interativo, filmagens e entrevistas, também realizadas durante o dia. Fases estas que serão descritas a seguir:

##### **4.1. Início da caminhada sobre a praça**

Inicialmente, realizei com alguns professores e estudantes da UFRN, um levantamento prévio sobre “Qual seria a praça da cidade de Natal mais significativa e menos significativa para cada um deles?”. Essa abordagem foi executada com a finalidade de sentir de um modo preliminar, como as pessoas percebiam e usavam esse lugar, praça. Foram distribuídas um total de 27 fichas com esta pergunta. Solicitei nestas fichas a colaboração das pessoas para que respondessem, de forma livre, através da escrita e/ou desenho, o que lhes deixou à vontade para se expressarem. Do total de fichas distribuídas, recebi 13 respostas, o que auxiliou na preparação do roteiro de entrevista apresentado mais adiante.

#### **4.1.1. Continuando a caminhada através de um painel interativo**

Num segundo momento, fiz a exposição de um painel, em janeiro de 2002, durante um dos eventos realizados anualmente no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, denominado Semana de Humanidades. Nesta atividade propus uma interatividade com as pessoas através da seguinte pergunta-título: “O que você faria se essa praça fosse sua”, e é claro que a praça em questão era a André de Albuquerque.

Para esta atividade elaborei algumas fichas com a pergunta-título e alguns dados básicos dos informantes (idade, sexo, grau de instrução, se possuíam algum trabalho, bairro onde mora) para que as pessoas que passassem pelo local de exposição do painel, se habilitassem a responder à minha indagação. Das 30 “fichas” preparadas e levadas para o local de exposição, obtive 18 respostas que também deram-me subsídios para elaboração do roteiro de entrevista.

#### **4.1.2. Prosseguindo a caminhada ... filmagem de alguns pontos da praça e exame subsequente do material gravado**

As filmagens foram realizadas no período de 29/04 a 26/05/02, em diferentes horários do dia (manhã, tarde e início de noite), a partir de oito pontos pré-selecionados no espaço físico da praça (Apêndice B). Estas filmagens foram realizadas no intuito de abranger a praça como um todo, ou seja, os freqüentadores, seus usos e comportamentos; bem como verificar as condições físicas em que se encontrava a praça. Nas observações feitas até aquele momento sobre a praça, tanto *in loco* quanto pelas gravações, percebi a presença predominante de quatro grupos de pessoas: **taxistas**, **skatistas**, **estudantes**, **flanelinhas**. Além destes, apareceram, em alguns momentos, outros tipos de freqüentadores que compuseram os respondentes desta pesquisa incluídos na categoria **outros**.



#### **4.1.3. Elaboração e aplicação do roteiro de entrevista**

Esta etapa constou da elaboração do roteiro de entrevista a partir de trabalhos realizados em outros espaços públicos do Brasil (Abreu, 1998; Barretto, 1998; Batisttoni Filho, 2001; Coradini, 1995; Machado, 1993; Robba & Macedo, 2002; Trindade, 2001; Yázigi, 2000) e a partir das etapas anteriores desta pesquisa, como descrito acima. Buscava, com isso, uma melhor apreensão da percepção dos frequentadores em relação à praça, dos motivos que os levam até ela e do uso que fazem. Fiz a aplicação desse roteiro, considerado-o como um primeiro piloto e, posteriormente, expus para avaliação em reunião do Grupo de Pesquisa do qual participo. A discussão deu origem a um novo formato de roteiro, este definitivo que foi aplicado com as pessoas da praça, contando com a participação de 3 voluntárias que, juntamente com autora, realizaram a atividade no período de 02 a 11/05/03.

#### **4.2. Participantes**

Participaram desta pesquisa 64 respondentes (48 homens e 16 mulheres), que freqüentaram a Praça André de Albuquerque - PAA, no período de fevereiro à maio de 2003, com idades variando de 13 a 86 anos. A maioria dos usuários está situada na faixa etária entre os 13 e 20 anos, com um percentual de 45%. As pessoas com mais idade (faixa etária de 61 a 86 anos), tiveram nesta pesquisa uma representação de apenas 5%.

Em relação ao nível de escolaridade dos participantes, encontrei um percentual maior, de 33%, de freqüentadores que não completaram nem o 1º nem o 2º grau (ciclos fundamental e médio). Do número total dos respondentes, apenas 5 pessoas (4 homens e 1 mulher) cursaram somente o primário. Portanto, todos os respondentes desta pesquisa freqüentaram, de alguma forma, a escola.

Os respondentes foram classificados, tendo como critério o uso que fizeram da praça, em grupos de: **taxistas** (5 homens), **flanelinhas** (4 homens), **estudantes** (9 homens e 9 mulheres) e **skatistas** (7 homens e 1 mulher). Aqueles que não pertenciam aos grupos acima explicitados, foram incluídos na categoria **outros** (23 homens e 6 mulheres).

Dentre os freqüentadores da PAA foram escolhidos apenas os que não eram turistas, visto que para estes a cidade “não é mais que um objeto de consumo cultural” (Lefebvre, 1991, p. 104). Esta escolha se fez pela preferência exclusiva de “ouvir” as falas dos usuários da praça que mostravam pela sua vivência e freqüência à praça que “habitar é deixar rastros”, e isso o lugar praça tem de sobra.

#### **4.3. Instrumento**

O instrumento utilizado para obtenção dos dados constituiu-se de um roteiro de entrevista dividido em duas partes em função da possibilidade de uma melhor apreensão das informações de quem freqüentava a praça (ver Apêndice A). A primeira se referia a questões sobre o perfil dos freqüentadores da praça, com informações tais como: idade, sexo, nível de escolaridade, bairro onde mora, local onde nasceu, quanto tempo morava em Natal, bairro onde trabalha. A segunda parte, distribuída em 23 perguntas, incluía questões divididas em blocos que abordavam a percepção, os usos e os significados atribuídos pelos respondentes a PAA.

#### **4.4. Procedimento**

O roteiro acima mencionado foi elaborado a partir de observações preliminares e filmagens que encaminharam para o primeiro roteiro (piloto 1), que foi testado antes de sua aplicação com algumas pessoas encontradas na praça. Desse modo,

as etapas que constituíram esta pesquisa, como proposta de procedimento metodológico, foram anteriormente descritas.

#### **4.5. Análise dos dados**

Os dados obtidos dos respondentes através do roteiro de entrevistas foram agrupados em blocos de respostas dadas pelos pesquisados que, como mencionado anteriormente, foram classificados em cinco grupos.

Esses grupos serviram de base para a tabulação das respostas coletadas. Estas foram agrupadas de acordo com o item do roteiro a que se refere (concentrando-me nos tópicos gerais/aglutinadores de percepção, uso e significado) buscando discutir as freqüências de ocorrências de cada categoria, conforme o caráter descritivo-exploratório deste estudo.

## 5. Resultados e discussão

Com esta pesquisa, busquei responder as seguintes perguntas: como os frequentadores da Praça André de Albuquerque - PAA a percebem, como a utilizam e o que ela significa para eles.

Essa pesquisa é, portanto, uma descrição construída a partir de observações realizadas sobre a PAA e posteriores reflexões e questionamentos sobre seu uso hoje.

Desse modo, entre os grupos de frequentadores observados e identificados através das observações e das entrevistas, verifiquei os que se deslocam e se dividem de acordo com os horários de frequência, permanência e espaço físico da praça.

Falando em espaço físico, foi possível encontrar uma divisão bem clara da praça em vários territórios de acordo com os grupos identificados. Baseando-me nas palavras de Sommer (1979) para conceituar território, reforçando essa divisão, principalmente em espaços públicos, diz que: “Os territórios públicos (...) dão liberdade de acesso ao cidadão, mas não lhe dão, necessariamente, liberdade de ação” (p. 55). Desse modo, a praça é, de modo implícito ou explícito mesmo, dividida em territórios pelos grupos. Ainda de acordo com este autor, “... podemos afirmar que as disposições espaciais em pequenos grupos são funções de personalidade, tarefa e ambiente” (p. 85).

Em relação ao ambiente é importante ressaltar a necessidade de se conhecer os tipos de atividades das pessoas para poder avaliar como estas respondem

aos ambientes urbanos, sejam os locais de trabalho, suas casas, as ruas. Como afirma Tuan (1980), “Os estilos de vida variam muito em qualquer metrópole. Pessoas vivendo na mesma cidade, no mesmo bairro, mesmo assim percebem mundos diferentes” (p. 287).

No caso dos grupos identificados nesta pesquisa, os **taxistas**, por exemplo, estão na praça por ser ela, em um de seus lados, um ponto de táxi, que devido a sua localização - da praça no centro da cidade - é bastante privilegiado. Assim, estão ali para trabalhar o dia todo, a noite toda, todos os dias da semana, como declararam alguns, embora outros ficassem somente até o sábado pela manhã. É um local, sem dúvida, bastante aprazível para trabalhar ou esperar por uma “corrida” de táxi, por uma viagem demandada pelas pessoas circundantes do centro e da praça.

Os **flanelinhas**, identificados como um dos grupos predominantes, também, estão lá pelo trabalho, pois em dois de seus lados, há vagas para estacionamento, possibilitando-lhes a oportunidade de “cuidar” ou “guardar” o carro de quem estaciona lá para ir ao trabalho nas proximidades, para resolver algum assunto de negócio no centro da cidade, para fazer compras.

Outro grupo foi o dos **estudantes** que usam a praça como um local de encontro com colegas do colégio existente no entorno da praça, em um de seus lados, ou mesmo de outros colégios e escolas próximas. Encontro com amigos, descanso no intervalo das aulas ou, simplesmente, quando cabulam as aulas para ficar na praça conversando, trocando idéias, brincando, namorando, fazendo os trabalhos escolares, etc.

Mais um grupo identificado na praça pela sua constante presença, foi o dos **skatistas**, que vão à praça por ser esta um local que lhes possibilita, pelo espaço

físico deixado pela última reforma (1999), a realização de algumas de suas manobras, dentro de um tipo de característica própria desse esporte que tem um de seus modelos ou modalidades, o *skate* de rua. Predominantemente, eles começam a chegar por volta das 15:00h e já partem para aquecimentos, treinos, tentativas, quedas, etc. E permanecem até, aproximadamente, 20h ou um pouco mais, de acordo com os compromissos de cada um deles.

Os skatistas se conhecem e/ou se reconhecem como uma turma diferente, alguns são do colégio que aproveitam o intervalo ou simplesmente não assistem às aulas para ficar junto ao grupo e fazendo suas manobras. Mas, na sua maioria, vêm de outros pontos da cidade e têm essa praça como um dos pontos de encontro, de referência para reuniões, conversas, trocas de idéias, materiais de *skate*, além dos treinos para suas manobras. Vão praticamente todos os dias, embora no final da semana, esse número diminua ou aumente um pouco, dependendo das combinações ocorridas durante a semana. Mas, são constantes, permanentes. Sempre estão lá. O por que de terem escolhido essa praça e o que ela representa para eles tem como um dos motivos a sua centralidade em relação ao restante da cidade, sua área física que possibilita as manobras e como eles mesmos disseram, é a única área da cidade que é possível praticar o esporte sem ter pagar.

Entre os participantes desta pesquisa, apareceram vários respondentes que denominei de **outros**, entre os quais zeladores, caminhantes, passantes, leitores, etc. Estes frequentadores da praça que, nas minhas observações e no roteiro de entrevista, se destacaram, não estão tão definidos como os quatro grupos descritos, anteriormente. São pessoas que passam, que ficam um momento para arrumar suas coisas, param para escrever algo, seja um trabalho de colégio/universidade, ou corrigir provas e trabalhos dos alunos, param para descansar, para pensar, contemplar, ler. Algumas fazem

diariamente caminhadas na praça, especialmente, de manhã cedo, pois é a hora mais apropriada devido a quase impossibilidade de fazer isso à tarde ou à noite cedo, pela presença constante e, às vezes, tumultuada, dos estudantes, skatistas, flanelinhas, passantes, namorados e a questão da segurança. Esta categoria mostrou-se bastante numerosa e diversificada, tendo representantes que desenvolveram atividades diferentes das que foram anteriormente classificadas.

Inicialmente supus que a grande maioria dos seus freqüentadores fossem dos bairros da Região Administrativa Leste, onde está situada a PAA. Porém, no transcorrer desse estudo constatei que havia um número significativo de moradores das demais Regiões Administrativas, que são usuários desse espaço, como mostra a Tabela 1. Embora, considerando-se por região, o maior número de freqüentadores resida na Região Leste, mais de 50% do total de respondentes é proveniente das outras regiões da cidade. Isso talvez aponte a importância da PAA para a cidade, sendo uma referência ou ainda seja um sinal da carência de áreas públicas de lazer na cidade.

Tabela 1  
*Local de residência dos freqüentadores da Praça André de Albuquerque por Região Administrativa de Natal/RN*

Região Administrativa	Freqüentadores	%
Leste	22	34
Norte	15	24
Oeste	11	17
Sul	09	14
Outras cidades	07	11
Total	64	100,0

Em segundo lugar apareceram 15 (24%) usuários da Zona Norte, localizada do outro lado da cidade, em particular o grupo dos **skatistas** que, mesmo

tendo uma área de lazer e uma pista de skate nessa região, utilizam a PAA para praticar seu esporte. Justificam sua escolha pela localização bastante central, por ser acessível e gratuito, além de possibilitar o encontro com os amigos.

Em relação à frequência e permanência na praça, observei que aqueles que vão diariamente são 34 do total de 64 respondentes (ver Tabela 2). Já para os que vão semanalmente e raramente, a quantidade ficou em 10 e 20, respectivamente. Foi possível perceber, portanto, que mesmo somando os números das respostas *raramente* e *semanalmente*, estes ainda se apresentam em menor quantidade que o total de frequentadores que responderam *diariamente*. Isso reforça a idéia que perpassa toda a pesquisa: a PAA ainda existe e é frequentada.

Tabela 2

*Tempo de frequência na Praça André de Albuquerque por grupos*

Grupos	Diariamente	Semanalmente	Raramente
Outros	14	5	10
Skatistas	4	1	3
Estudantes	8	3	7
Taxistas	5	-	-
Flanelinhas	3	1	-
Total	34	10	20

Entretanto, mesmo para os respondentes que afirmaram ir à PAA raramente ou semanalmente, estes disseram que a frequentavam porque ela tem um significado e a percebem como um lugar que lhes diz algo de diferente dos outros lugares da cidade. As respostas, a seguir apresentadas, foram dadas por esses frequentadores.



“Eu gosto de passar aqui. Estou no bairro do Tirol. É um lazer”. (Outros, n. 10).

“Trabalhar como flanelinha (12 meses). À vezes para namorar. É uma coisa histórica, praça antiga. É importante quando tiver filhos mostrar como é importante ter uma praça e uma cidade bem cuidada”. (Flanelinha, n. 3).

“Olhar a paisagem. Fico de 2 a 3 horas. Era a mais antiga de Natal, mas mudou”. (Skatista, n. 4).

“Descansar. É sombreado e ventilado.”(Outros, n. 7).

“Praça de grande importância histórica. Muito bonita, mas poderia ser muito melhor se dessem valor”. (Taxista, n. 3).

“Um lugar ótimo para ficar em paz e também para praticar o esporte”. (Skatista, n. 6).

“Gosto daqui pelo verde e pelas pessoas”. (Estudante, n. 9).

Na Tabela 3 é mostrado que o lazer, a contemplação e o encontro ainda têm grande representatividade para os que a freqüentam. Quando se percebe e define uma ligação afetiva, seja pelas várias maneiras e sentidos físicos humanos, podemos identificar a transformação de espaço em lugar (Tuan, 1983). Os respondentes percebem a praça como um lugar que pode oportunizar inúmeras experiências, vivências, encontros, lazer, divertimento, descanso (Coradini, 1995; Lucena, 1999; Machado, 1993). Isso foi comprovado nas respostas dos freqüentadores quando indagados sobre os motivos que os levavam à praça são, ainda, aqueles que se referem às funções antes exercidas pelas praças.

Tabela 3

*Motivos de uso da Praça André de Albuquerque*

Motivos	Ocorrências	%
Lazer/Contemplação	32	34
Encontro	28	30
Trabalho	17	18
Esporte	08	9
Passagem	07	8
Filhos	01	1
Total	93	100,0

Pensando assim e utilizando os pressupostos da Psicologia Ecológica de Barker, a PAA é um “balcão de *behavior settings*” por excelência, pois lá é possível encontrar em seu interior vários deles (*settings*), embora nesta pesquisa a preocupação foi estudar a PAA como um todo, ou seja, o “balcão”.

De acordo com Wicker (1979), quando discute o que vem a ser um *setting*, afirma que:

Em primeiro lugar, Behavior Settings são “reais”. Alguns conceitos em Psicologia, como atitudes e motivos, são ficções convenientes, ou abstrações (...) em contraste com eles, os Behavior Settings são tangíveis. Seus limites de tempo e lugar podem ser apontados com precisão (p. 6).

E, além disso, continuando o pensamento do autor, é possível ver que os *behavior settings* são ativos e auto-regulados, ou seja, “Eles impõem seu programa de atividades às pessoas e objetos que estejam dentro dele” (p. 12).

Há os *settings* dos taxistas e dos flanelinhas e dos demais grupos classificados. Em relação aos dois primeiros é possível acrescentar que apesar de terem um *setting* específico – trabalho -, eles representam e mostram que a PAA é um *behavior setting* de circulação, passagem. Eles transportam pessoas que por lá passam e cuidam dos veículos dos que chegam para trabalhar próximo da PAA ou para resolver algum problema nas imediações.

Vi, também, que o trabalho está presente entre os motivos de uso, como observado na Tabela 3. **Taxistas** e **flanelinhas** a utilizam diariamente e dentre as categorias definidas são as únicas que praticamente usam a PAA para fins profissionais, sendo o trabalho como taxistas e flanelinhas o programa do *setting* para eles.

Embora as crianças não tenham sido participantes da última fase desse estudo, pelas observações e filmagens feitas, é importante destacar que elas freqüentam a PAA para passear levadas por pais que, provavelmente, procuram um lugar tranquilo, no final de semana, para exercerem seu direito ao lazer.

Quando perguntados sobre os motivos pelos quais a freqüentavam, as respostas dos participantes indicaram claramente que esta não perdeu sua função como lugar para encontrar com outras pessoas, não deixou de existir essa busca por um local de convivência. Pude observar ainda, que há uma diferença no uso do espaço da praça, pois esta é utilizada com diversas finalidades: fins utilitários/trabalho, como os **taxistas** e **flanelinhas**; fins sociais/lazer dado pelos **estudantes** e **skatistas** e o grupo **outros**, pela própria diversidade, fins variados (ver Tabela 4).

Tabela 4  
*Uso da Praça André de Albuquerque para interação social  
 por grupos de respondentes*

Grupos	Sim	Não	Não Respondeu
Estudantes	17	01	-
Outros	13	15	01
Skatistas	06	02	-
Taxistas	02	03	-
Flanelinhas	01	03	-
Total	39	24	01

É possível constatar isso também em algumas respostas dos frequentadores.

“É calmo. Tem onde sentar e conversar com colegas. Fico 2 horas.” (Estudante, n. 1).

“Só os amigos. Lugar de confraternização.” (Estudante, n. 4).

“Encontrar com amigos, convivência, emoções, andar de patins. Valor histórico. É aqui que encontra mais amigos (concentração).” (Skatista, n. 2).

“Só prá ficar, gosta das árvores, encontrar amigos. É um lugar que já passei muita coisa aqui”. (Estudante, n. 2).

“É um bom lugar para trabalhar”. (Flanelinha, n. 1).

“É praticamente ponto turístico. Ao redor tem três partes da cultura”. (Taxista, n. 2).

Em relação à pergunta sobre o cuidado com a praça, foi possível observar que há uma diferença um pouco acentuada, identificada nas respostas dadas pelos grupos, sobre quem deve ter esse cuidado. A maioria dos respondentes, 35 no total, disse que era a Prefeitura mais o Governo do Estado, ou seja, o Poder Público. Mas, observando um pouco mais os dados contidos na Tabela 5, foi possível verificar que em

todos os grupos identificados, há respostas em que eles consideram o cuidado como sendo tanto deles (15), freqüentadores, como deles e da Prefeitura (8), ou seja, somando esses dois dados percebi que a diferença cai um pouco em relação aos que responderam que a responsabilidade é somente dos órgãos públicos.

Tabela 5

*Responsabilidade pelo cuidado com a Praça André de Albuquerque por grupos*

Grupos	Poder Público	Freq.+Pref.	Freqüent.	Não sei	Não Resp.
Outros	16	5	6	-	-
Skatistas	5	3	3	-	-
Estudantes	6	-	5	1	1
Flanelinhas	5	-	-	-	-
Taxistas	3		1	-	-
Total	35	8	15	1	1

Já para os taxistas e flanelinhas, por estarem na PAA somente para trabalho, o cuidado não passa por sua responsabilidade, sendo tão somente do Poder Público. Apesar de terem dado essa resposta, na prática eles exercem algum cuidado com a PAA, pois muitas vezes se uniram aos comerciantes do entorno para comprarem os equipamentos e materiais necessários para sua limpeza e manutenção. Visto que, a Prefeitura, o órgão responsável por isso não atendia às necessidades dos zeladores com materiais básicos, tendo acontecido de se passarem meses sem esses equipamentos. Só solucionado paliativamente quando os taxistas e flanelinhas e até os próprios zeladores se encarregaram da compra desses materiais para efetuar o cuidado que necessita a PAA.

Verifiquei, ainda que, os grupos de **estudantes** e **outros** são os que se destacam, tanto nas respostas sobre o cuidado com a praça como sendo somente de responsabilidade da Prefeitura, quanto em relação à resposta “freqüentadores mais prefeitura, em conjunto”.

Sendo assim, é possível questionar, se isso é somente uma reprodução de discurso visto e ouvido nos meios de comunicação que bombardeiam todos com campanhas em relação à conservação do meio ambiente/patrimônio público e histórico, ou se realmente eles pensam e agem assim. Do que pude perceber durante a coleta dos dados, ocorre dos dois.

Quanto à percepção em relação a alguns aspectos da PAA, pude verificar que dentre os indagados, a segurança foi apontada por 51 dos freqüentadores, como sendo péssima ou regular (ver Tabela 6). O que nos mostra que se houvesse, por parte do poder público, interesse em proteger as pessoas que a freqüentam e, também, uma maior reivindicação por parte dos freqüentadores, teríamos uma freqüência e um uso muito maiores do que o atual.

É possível notar que, de acordo com a avaliação dos aspectos apresentados aos respondentes, esta se mostra bastante positiva, como mostra a Tabela 6, visto que a maioria das respostas estão entre os conceitos Ótimo e Bom.

Tabela 6

*Avaliação dos freqüentadores em relação a alguns aspectos da Praça André de Albuquerque*

Aspectos	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não Sabe
Iluminação	2	33	18	6	5
Segurança	0	12	15	36	1
Arborização	16	41	7	0	0
Localização	22	41	1	0	0
Manutenção	5	31	21	7	0
Beleza	19	33	11	1	0
Tranqüilidade	18	30	11	4	1
Importância Histórica	20	15	5	0	24
Total	102	236	89	54	31

No aspecto de localização, os dados mostram que os participantes a consideram bastante central, o que possivelmente contribui para ser um dos pontos aglutinadores da cidade e como foi comentado anteriormente, os **skatistas** a preferem por ter essa característica de centralidade, apesar de terem outros locais na cidade para a prática do esporte.

Quanto ao nível de conhecimento da sua história, apesar de a freqüentarem diariamente, 24 respondentes disseram que não sabiam da sua história e da sua origem. Isso mostra a desinformação e, poderia dizer, desinteresse em relação aos aspectos sócio-históricos da cidade, pois apesar de 35 respostas classificarem como “Ótimo” e “Bom” a importância histórica da praça, isso não significa que conheçam realmente a sua história.

Insisto no que mencionei anteriormente, quando os freqüentadores foram indagados sobre o cuidado com a praça, que as respostas podem indicar, mais uma vez,

ser somente reprodução de discurso, já que vêem muitos turistas passando por ali. Porém, o que ficou claro é que 24 respondentes realmente não conhecem a sua história e demonstraram pouco interesse em saber, quando estavam respondendo sobre esse aspecto.

Quanto aos aspectos de beleza e tranqüilidade da PAA, a grande maioria das respostas, 42 e 48, respectivamente, demonstrando que os participantes consideram a praça um lugar belo e tranqüilo para ali realizarem os vários usos, já mencionados, seja de contemplação e/ou possibilidade de conversação, leitura, que foram as respostas mais freqüentes.

Embora isso possa demonstrar também uma certa incoerência em relação ao item segurança e tranqüilidade, visto que como um local é considerado aprazível e tranqüilo, ao mesmo tempo é visto como um lugar inseguro pelos participantes. Isto é observado principalmente no quesito em que os respondentes falam da questão da violência e nesse sentido há uma certa confusão no que é ser um local tranqüilo e ao mesmo tempo inseguro.

Pode ser que a segurança mencionada pelos freqüentadores seja ainda resquício da época que a praça tinha o coreto e era usado para abrigar pessoas que praticavam assaltos, traficavam drogas ou simplesmente não deixavam que a praça fosse usada como lugar de descanso, tranqüilidade para conversar, ler, passar o tempo. Os respondentes, de tanto ouvirem falar que aconteceu algo de estranho ali, já formavam uma opinião de que a praça era bastante perigosa, até para simplesmente atravessá-la.

Já a tranqüilidade falada era uma demonstração de um exercício de atitude individualista, isto é, não se preocupar com o outro que está ao lado, além de aproveitar o lugar aprazível que é a PAA para a grande maioria dos freqüentadores, como mostra a figura 5.





Figura 5 – Visão da Praça André de Albuquerque em seus aspectos de tranquilidade e sombreamento.

Os dados encontrados corroboram a literatura abordada no que diz respeito a influência do tipo de ambiente na interação com as pessoas (Coradini, 1995; Lucena, 1999; Machado, 1993; Yázigí, 2000).

Em uma praça, as possibilidades/oportunidades de que ocorra essa interação são maiores do que, por exemplo, no espaço doméstico. A praça é um ambiente aberto, público, acessível a todos; pode acontecer de diversos grupos poderem interagir ao mesmo tempo com e nesse espaço.

Comprovei que os resultados obtidos nesta pesquisa são pertinentes e de, certa forma, inequívocos, quando indicam que a pergunta que perpassa toda ela é respondida de modo claro e afirmativo por quem a frequenta. Existem possibilidades de que a praça seja mais movimentada, mais frequentada, bastando para isso seguir algumas sugestões dadas pelos respondentes que não são muitas e sem grandes custos para os órgãos públicos. Como dizem alguns dos frequentadores, pode-se fazer mutirões

de limpeza e conservação organizados pelos frequentadores sob a coordenação da Prefeitura.

Na percepção dos respondentes, a PAA proporciona as interações da pessoa-ambiente que se materializam e se mostram sempre dinâmicas e com idas e vindas de ambos os lados existentes nessa interação.

Além disso, esta pesquisa indica que, a praça é vista ainda com um certo preconceito por uma parte da população (principalmente em relação aos skatistas), como disseram alguns dos respondentes. Um aspecto que esta pesquisa não aborda é o fato de que esses estereótipos e/ou preconceitos entre grupos da sociedade existiriam independentemente desta ou de qualquer outra praça. Na verdade, esta ou outra praça favoreceria, ou não, a quebra desses preconceitos, visto que há mais possibilidades dessas quebras pelos contatos diretos das pessoas, proporcionados pelas praças, ruas, calçadas.

Embora esteja sendo mudado aos poucos, de modo quase imperceptível, como mostraram as respostas em relação às perguntas “O que é a PAA para você” e “Como é a praça que você gostaria que seu (futuro) neto frequentasse”. A grande maioria (40), de todos os grupos, respondeu que "Essa mesma", "Essa aqui mesmo com as sugestões feitas", ou seja, apenas com algumas modificações sugeridas ou do jeito que está, desde que a conservassem assim daqui a 15 anos ou 20.

Em outra pergunta sobre “Quais as características da praça ideal para você”, de todos os participantes da pesquisa, 32 responderam que "Essa aqui". Isso pode nos mostrar que, tanto em relação ao futuro quanto ao presente, os frequentadores pensam de modo semelhante e, também, que percebem e usam hoje, o que esperam para seus filhos e netos futuramente.

Na pergunta citada anteriormente, “Como é a praça que você gostaria que seu (futuro) neto frequentasse”, de acordo com Günther e Günther (1998), quando em suas pesquisas abordam a questão do tempo, eles dizem que:

A dimensão tempo pouco mencionada (...), tem (...) lugar de destaque: microtempo, mesotempo e macrotempo. Microtempo refere-se às continuidades e às descontinuidades dentro dos episódios proximais. Mesotempo é a periodicidade desses episódios através de intervalos como dias e semanas. Macrotempo diz respeito a expectativa e eventos da sociedade mais ampla, quer na mesma geração, quer através de gerações, na medida em que afetam e são afetadas por processos e resultados do desenvolvimento humano ao longo do ciclo da vida (p. 194).

Quem aborda, também, muito esta questão do tempo, em seus estudos sobre sustentabilidade, comprometimento com o futuro, é Pol (1999) quando afirma que:

A sustentabilidade não é nem uma visão nem um estado **inalterado**, senão um processo criativo e local de busca de equilíbrio que se estende a todas as áreas de tomada de decisões. Um processo de gestão baseado na sustentabilidade permite que se tomem decisões que não somente representem os interesses da geração atual, como também das futuras gerações. Por outro lado, visto que cada cidade é diferente, é necessário que cada uma busque sua própria via para a sustentabilidade (p. 25).

As duas citações acima têm tudo a ver com a questão levantada no roteiro de entrevista quando esta visa saber como os respondentes vêem o presente da praça, com suas ações de agora; o passado, o que fizeram para chegar até como está hoje; e o futuro, o que pode ser feito por cada um e em conjunto para que se possa ter uma qualidade de vida mais condizente com as condições humanas essenciais futuramente.

Demonstrei, assim, através dos resultados obtidos com as respostas dos freqüentadores ao roteiro de entrevista, que a PAA ainda vive e como diz Lucena (1999), pode ser revitalizada, revigorada, para dar maiores opções às pessoas que a buscam. A despeito de outros locais, quais sejam os *shopping centers* e condomínios fechados com seus *play-grounds*, casas de jogos eletrônicos via Internet, há processos de “resistência” em relação às formas de inter-ação, participação, cidadania, nos quais almejam uma outra visão dos lugares das cidades. Dar outras opções para a população. Lugares estes que contenham equipamentos que detenham o olhar das pessoas, como por exemplo, os movimentos para revitalização dos centros urbanos, das áreas mais antigas das cidades, das praças, parques, ruas e bairros inteiros. É possível citar os casos de São Paulo – Movimento VivaCentro, Rio de Janeiro, Salvador – com o Pelourinho, Recife – com a revitalização do Recife Antigo. Buscam através disto melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades.

Conforme apontam Coradini (1995), Machado (1993), Pinheiro e Elali (1998), Pol (1999), Sommer (1979), Tuan (1983), Yáziqi (2000), a percepção, o uso, a apropriação de lugar, o significado da praça possibilitam a seus freqüentadores responderem a questões como quando indagados sobre “Quais as características da praça ideal para você?” e “O que você acha que poderia ser feito para as pessoas virem a praça” – “O que falta nesta praça”, sugeriram a instalação de mesas para jogos, parques para as crianças brincarem, além de mais plantas, muitas flores e os outros

equipamentos, mencionados no capítulo 3, que já existiram na praça antes de serem destruídos por governantes que sempre querem deixar sua marca em algum marco histórico importante da cidade, como é a PAA.

Os dados encontrados nesta pesquisa apontam para a necessidade, quando da intervenção nos espaços públicos de uma cidade, buscar o que o usuário/freqüentador quer em relação aquele lugar que está sendo modificado ou deixado abandonado, pois é ele que usa ou irá usar (Machado, 1993; Sommer, 1979; Yáziqi, 2000).

Desse modo, a partir dos dados obtidos, foi possível elaborar uma representação gráfica, na qual é possível perceber que, de acordo com os freqüentadores, a praça é dividida em várias praças (ver Figura 6). No momento, representamos aqui as que foram identificadas pelos 5 grupos: a praça do **taxista**, a praça do **skatista**, a praça do **estudante**, a praça do **flanelinha** e a praça dos **outros**. Essas praças podem ser interligadas à questão temporal desses participantes quando responderam as perguntas “Quanto tempo você fica na praça” e “Em que horário” (ver Tabela 7). Isto é, o tempo em horas e turnos: manhã, tarde e noite. É o espaço e o tempo representados pelas respostas dos freqüentadores que nos guiam a mostrar que existem várias praças na PAA tanto temporal como espacialmente.

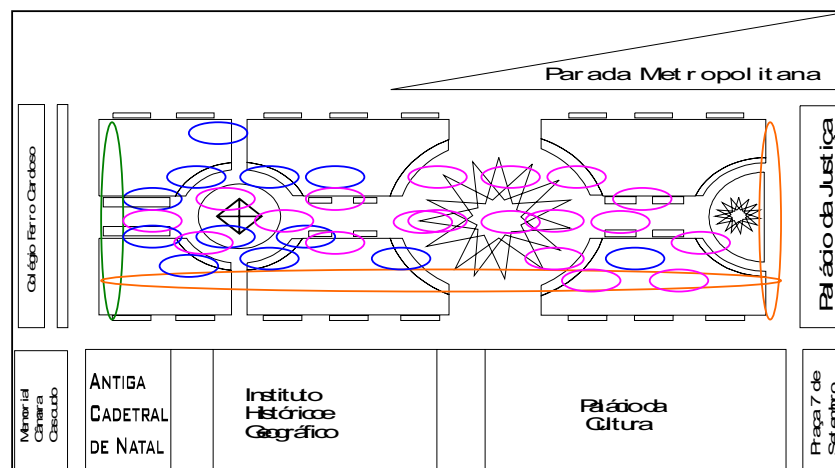


Figura 6 – Territórios dos taxistas (verde), flanelinhas (laranja), estudantes (azul) e skatistas (vermelho escuro), identificados nas observações, filmagens e entrevistas.

Tabela 7  
*Horário em que os freqüentadores permanecem na Praça André de Albuquerque*

Horário	Outros	Skatistas	Estudantes	Taxistas	Flanelinhas	Total
Manhã	15	1	11	1	-	28
Tarde	4	1	4	-	-	9
Noite	1	1	-	-	-	2
Manhã/ Tarde	3	3	3	1	3	13
Tarde/Noite	3	2	-	-	-	5
M/T/N	2	-	-	3	-	5
Qualquer Hora	1	-	-	-	-	1
Não Responderam	-	-	-	-	1	1

Os freqüentadores da praça se distribuem no seu espaço físico de modo bastante visível, dividindo-se em grupos de quatro territórios e em tempos diversificados. O que demonstra como eles percebem, usam e dão significado à Praça André de Albuquerque.

## **6. Considerações finais**

A questão central que perpassa toda a pesquisa - “A Praça André de Albuquerque ainda existe?” - foi respondida pelas observações e, principalmente, pelas respostas ao roteiro de entrevista que me deram oportunidade de fazer um estudo descritivo-exploratório sobre essa temática. Mais do que isso, pude justificar àquela questão não somente a partir de uma visão ‘romântica, saudosista, utópica’, que no decorrer da realização do trabalho foi ficando mais distante, mas principalmente com base nas respostas dos próprios frequentadores.

Eu tinha uma resposta pré-estabelecida quando fui à praça para realizar esta investigação. “Praça” para mim deveria ser uma expressão materializada na urbe do encontro entre pessoas, um lugar que proporciona lazer e bem-estar para as pessoas que a frequentam, a possibilidade de convergência e confraternização, oportunizando movimentos de participação nas questões cotidianas da cidade. Os dados obtidos não necessariamente contradizem essa visão, mas a atenuam e particularizam para os tipos estudados, levando-me à sensação de que precisaria ter envolvido mais respondentes.

Em relação às três questões que nortearam a pesquisa, quais sejam a percepção, o uso e o significado da PAA para seus frequentadores, foi possível observar uma avaliação geral positiva da Praça, na medida em que as pessoas percebem seletivamente aquilo que lhes interessa. Neste sentido, a percepção envolve a seleção, a identificação e a codificação de informações relevantes pela interação da pessoa com o ambiente e que ocorre através de mecanismos ligados aos cinco sentidos humanos com a contribuição do sujeito nesse processo, incluindo motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas (Tuan, 1983).

A PAA é um lugar ainda com diversos elementos que provocam sensações e percepções atuais e passadas que incluem laços afetivos das pessoas com a praça. Dessa forma, a PAA foi percebida ainda com as funções de praça, ou seja, lugar de encontro, lazer, convivência e convergência de pessoas. Isso foi constatado, por exemplo, nas respostas obtidas dos estudantes, especialmente, e dos usuários classificados como outros.

Sobre o uso dado a PAA, houve uma certa distribuição entre os tipos de freqüentadores encontrados, pois ela é usada como local de trabalho pelos taxistas e flanelinhas; para esporte pelos skatistas; e, como lugar de reunião e lazer pelos estudantes e os outros freqüentadores. Pode ser considerado um uso positivo, pois faz com que a PAA continue sendo um lugar bastante vivenciado e, de certa forma, bem aproveitado. Ou seja, como referido no capítulo anterior sobre behavior setting, os programas dos vários settings encontrados podem conviver, servindo diferenciadamente aos usuários da PAA.

No que diz respeito ao significado, este foi atribuído pelos freqüentadores como tendo dois aspectos: um prático e outro afetivo. Foram apresentados elementos que demonstraram esse lado prático quando responderam sobre o que a PAA é para eles. Uma parte respondeu que é um local de trabalho e prática de esporte; outra parte, em sua maioria, mostrou um significado mais ligado ao aspecto afetivo quando falaram que é um lugar de encontro e reunião com amigos, lazer e contemplação da paisagem, fazendo-os sentirem bem estar, tranquilidade e relaxamento em meio ao stress do cotidiano, dando uma característica de aglutinação de pessoas neste lugar.

Por outro lado, aspectos que, de acordo com a literatura utilizada, compõem a noção de praça, não estiveram tão presentes nas respostas dos usuários abordados. É o caso do componente histórico, usualmente associado com praça (monumentos, placas, colunas, bustos – identificados como marcos da passagem dos



governantes e pessoas de destaque na comunidade – versus “parangolés”, ou melhor, equipamentos que não condizem nem expressam, para os usuários, a história da cidade, das pessoas, dos lugares). Associado à falta desses componentes históricos ou de seu conhecimento por parte dos respondentes, também não pude encontrar nas respostas analisadas o sentido da praça como a expressão de toda a coletividade urbana, síntese espaço-temporal de um conjunto de processos e movimentos sociais que transformam e/ou fazem acontecer a cidade. Quando o interesse que move o poder público é econômico, os outros, cultural, histórico, artístico, estético, social, até político são completamente esquecidos (Jesus, 2000). Como afirma o autor citado, “Enfim, a história de cada lugar se explica (mas não se ‘determina’) pela dinâmica espaço-temporal. (...) qualquer cidade pode conviver com a multiplicidade de tempos, configurando um mosaico de lugares de diferentes idades” (p. 73).

Vi que ela é freqüentada por pessoas oriundas das várias regiões administrativas de Natal, no entanto, os elos que fazem aglutinar as pessoas numa comunidade, num lugar como uma praça, não apareceram, pois existem diversos grupos que desenvolvem atividades diferentes e que não se misturam, não se congregam em favor de melhorias, mudanças ou qualquer motivo, que seja comum a esses grupos ou indivíduos. A PAA tem um pouco disso, como observei nas fases iniciais da pesquisa e por algumas falas dos respondentes, mas os dados gerais das entrevistas não o evidenciaram. Portanto, e coerente com a estratégia multimétodos, trabalhos futuros deveriam incluir outras técnicas de levantamento de informação, como por exemplo, análise documental histórica, painel de experts, grupo focal, histórias de vida, pesquisa-ação, etc.

Os dados não mostraram com clareza o que é possível chamar de “participação cidadã”, principalmente, quando percebemos a evidência de que hoje é

imprescindível a participação efetiva das pessoas que fazem a cidade inserida em qualquer nível socioeconômico ou cultural. Embora essa mudança de comportamento e atitude por parte da população seja, ainda, na maioria dos casos, incipiente. Conforme afirma Sobral (1996),

a participação popular efetiva e eficiente, no entanto, exige um trabalho de educação e de comunicação ambiental eficientes. Só quando se tem todos os atores sociais devidamente esclarecidos é que as negociações entre eles podem ter resultados positivos e duradouros para as partes envolvidas e, conseqüentemente, para o ambiente como um todo (p. 80).

Busquei ouvir as falas dos freqüentadores da PAA através do roteiro de entrevista, porque como diz Yázigi (2000), “Estou de acordo com o que afirma Milton Santos. (...) sempre que se fala de espaço público (...) sinto a falta de conhecer com mais pormenores o pensamento do seu usuário” (p. 327). Isto me levou a decisão de centrar atenção nos usuários da PAA e no seu relacionamento com ela.

Portanto, conhecer o usuário foi fundamental para responder as propostas deste trabalho. Conforme encontrei nas falas dos freqüentadores, em relação a esse aspecto de participação no cuidado com a coisa pública, apesar do estado em que se encontra a praça atualmente e das poucas efetivações dessa participação, eles se dispõem, juntamente com os órgãos públicos a terem esse cuidado, pois são eles mesmos que usufruem dela.

Através deste estudo, procurei observar a relação pessoa-ambiente como um todo integrado e as pessoas serem percebidas não como parte componente estanque, mas como seres atuantes e construtores dessa relação a partir de suas escolhas, emoções

e atitudes. Neste sentido, Le Goff (1994) afirma que, seja ela qual for, “uma sociedade cria história e cultura em sua direta e intensa relação com a natureza” (p. 35).

Os resultados obtidos sugeriram que a praça, além de ser um espaço de passagem, é um ponto de convergência urbana para diversos grupos, principalmente: taxistas, flanelinhas, skatistas e estudantes. Há uma percepção unânime na quantidade de respondentes utilizada na pesquisa; a praça ainda é vista como um lugar de encontro, boa conversa, contemplação, e até de trabalho, além de ser necessária a sua preservação como uma clareira de um ar mais respirável, devido à arborização, no meio do concreto das construções da cidade. Não é preciso grande dispêndio econômico para usufruir o lugar. No entanto, se faz necessário que, não só os governantes, mas a própria população monitore a dinâmica da inter-ação pessoa-ambiente, participando das decisões sobre as intervenções nos espaços públicos, visto que, como a sociedade produz sua história e sua cultura em direta e permanente relação com o espaço, pressupõe-se que há uma interdependência entre ambiente e qualidade de vida.

Em se tratando de uma dissertação, imagine estudar interdisciplinarmente a inter-ação pessoa-praça, quando os estudos, ainda, estão se realizando de modo a apresentar uma dicotomia pessoa/ambiente, isto é, separadamente, nos quais cada disciplina aborda uma questão e somente por seu ângulo de visão. Sendo assim, visto globalmente, a Psicologia Ambiental tem muito a contribuir com a Geografia e vice-versa, cabendo aos envolvidos sempre buscarem ampliar a flexibilidade e abertura científica necessárias para que os temas tratados possam gerar frutos.

Ou seja, como diz Clarice Lispector, mudar sempre, pois “Quem tem medo da desgraça mais do que da mudança, não a impede de acontecer”. A vida de pesquisadora vale a pena nas palavras de Clarice Lispector pelo risco contínuo e incessante de fazer escolhas que nos levem e nos movam para mudar e viver. Fazendo

pesquisa em Psicologia, vivi absurdamente o que ela disse. No início, perdida, mas desejosa de realizar uma pesquisa que fosse “A pesquisa”. Depois, ainda, a perdição, mas com menos pretensão. O desejo maior é o da mudança. E foi possível fazer uma contrabalançada e equilibrar esses dois medos: desgraça e mudança. Agora, posso até dizer o quanto é interessante e até engraçado, rever essas etapas, esse caminhar sobre linhas tortuosas e de altos e baixos, e ver que é o maior barato mudar, correr os riscos das escolhas. A minha foi e é, ainda, a praça. E nela é perceptível esses dois medos e ainda a possibilidade, abertamente, num convite sedutor, intenso e atraente, para desafiá-los, de vivê-los com ela ou nela.

Refletir nestas linhas finais sobre o que este estudo significou para mim, me fez pensar que, na verdade, agora é que ele deveria estar começando, pois neste momento é que percebi o seu alcance, a sua dimensão, principalmente quando escolhi pesquisar sobre um tema que abrange a percepção, o uso e o significado de um lugar para seus usuários. Cada palavra dessa daria uma tese e eu me aventurei a estudar as três de uma vez, daí o trabalho ter uma conotação mais descritivo-exploratório. Dizem que isso é o que deve ocorrer na atividade de pesquisa, o que me leva a supor que estive caminhando, e em rumo proveitoso.

## 7. Referências bibliográficas

- Acselrad, H. (2001). Sentidos da sustentabilidade urbana. In Henri A. (Org.), *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. (pp. 27-55). Rio de Janeiro: DP&A.
- Battistoni Filho, D. (2001). Alguns logradouros públicos de Campinas: origem e desenvolvimento. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 33(181), 136-146.
- Cascudo, L. C. (1999). *História da cidade do Natal*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Claval, P. (2001). O papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In Z. Rosenthal & R. L. Corrêa (Orgs.), *Matrizes da Geografia Cultural*. (pp. 35-86). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Coradini, L. (1995). *Praça XV: espaço e sociabilidade*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Letras Contemporâneas.
- Corral-Verdugo, V., & Pinheiro, J. Q. (1999). Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 7-22.
- Dollé, J-P. (2001). *Longe do lugar, fora do tempo*. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq009/bases/03tex.asp>.
- Ferrara, L. D'A. (1999). As cidades ilegíveis, percepção ambiental e cidadania. In V. del Rio & L. de Oliveira. (Orgs.), *Percepção ambiental: experiência brasileira*. (2ª ed., pp. 61-80). São Paulo: Studio Nobel.
- Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Galvão, H. (1979). *História da Fortaleza da barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- Gonçalves, C. W. P. (1995). Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In A. Christofolletti, B. Becker & P. Geiger (Orgs.), *Geografia e meio ambiente no Brasil*. (pp. 309-333). São Paulo: Hucitec.
- Günther, I. A. & Günther, H. (1998). Brasília pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes.. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 191-207.
- IDEC/RN – Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte. Secretaria da Fazenda e Planejamento. (1994). *Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. Diagnóstico Ambiental e Sócio-econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte*. Natal.

- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (1974). *An Introduction to Environmental Psychology*. (pp. 1-16). Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jesus, G. M. (2000). Espaço, Tempo e Paisagem no Morro do Castelo: obsolescência e morte de um lugar. *Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia*, 8, 67-77.
- Lefebvre, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes.
- Lima, R., & Fernandes, R. C. (Orgs.). (2000). *O imaginário da cidade*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Lucena, C. H. N. (1999). *Uma janela para o Potengi*. Monografia de graduação em Arquitetura não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Machado, L. M. C. P. (1993). A praça da Liberdade na percepção do usuário. *Revista Geografia e Ensino*, 5(1), 18-33.
- Machado, P. A. L. (1996). *Estudos de Direito Ambiental*. São Paulo: Malheiros.
- Mariano Neto, B. (2001). *Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização*. João Pessoa: Universitária.
- Miranda, J. M. F. (1999). *Evolução urbana de Natal em 400 anos - 1599-1999*. Natal: Governo do Rio Grande do Norte/Prefeitura de Natal.
- Moreno, J. (2002). *O futuro das cidades*. São Paulo: SENAC.
- Pinheiro, J. Q., & Elali, G. A. (1998). *Comportamento sócio-espacial humano*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Pol, E., & Moreno, E. (1999). *Nociones psicossociales para intervención y la gestión ambiental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Robba, F., & Macedo, S. S. (2002). *Praças brasileiras*. São Paulo: USP; Imprensa Oficial do Estado.
- Rolnik, R. (1995). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Rossini, R. E. (1983). *Natureza e sociedade*. Belo Horizonte: SESu/UFMG.
- Sardenberg Sobrinho, W. (2002). A praça das mil e uma noites - um grande circo sem tenda: estamos em Djemaa el-Fna, a fantástica praça de Marrakesh. *Terra*, 11(1), 38-45.
- Sobral, H. R. (1996). *O meio ambiente e a cidade de São Paulo*. São Paulo: Makron Books.
- Sommer, R. (1979). *Conscientização do Design*. São Paulo: Brasiliense.

Souza, I. (2001). *Nova História de Natal*. Natal: Diário de Natal.

Tuan, Yi-Fu (1980). *Topofilia*. São Paulo: Difel.

Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Wicker, A. W. (1979). *An introduction to Ecological Psychology*. Monterey, California: Brooks/Cole.

Yázigi, E. (2000). *O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial.

**APÊNDICE A**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – MESTRADO**

Este questionário faz parte de uma pesquisa em que pretendo conhecer um pouco sobre a praça de André de Albuquerque. Para isso, preciso de sua ajuda, respondendo algumas perguntas sobre como você percebe esta praça.

Data: \_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_ Contexto: \_\_\_\_\_

Freqüentadores: TX FL SK ES MV/OUTROS

**1. Perfil dos freqüentadores**

Sexo: ( ) F ( ) M Idade: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Bairro onde mora: \_\_\_\_\_ Bairro onde trabalha: \_\_\_\_\_

Nasceu em Natal: ( ) Sim ( ) Não, Onde: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo mora em Natal: \_\_\_\_\_

**2. Questões que vão orientar em relação aos motivos, a freqüência, o tempo de permanência e as atividades dos freqüentadores**

- Com que freqüência você vem a esta praça? ( ) Diariamente ( ) Semanalmente ( ) Raramente

- O quê faz você vir a esta praça? \_\_\_\_\_

- Quanto tempo você fica nesta praça? \_\_\_\_\_

- Em que horário? ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite

- Se você passa algum tempo na praça, viu ou sabe de alguma coisa importante/diferente que aconteceu ou acontece aqui, nas diferentes horas do dia? ( ) Não ( ) Sim

O quê? \_\_\_\_\_

- O quê falta nesta praça? \_\_\_\_\_

- Você usa essa praça como espaço para estar com outras pessoas? ( ) Sim ( ) Não

Em que outros espaços da cidade você faria isso? \_\_\_\_\_

- Em relação aos aspectos a seguir, se você tivesse que dar uma nota para esta praça, qual você daria?

	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo		Ótimo	Bom	Regular	Péssimo
Iluminação					Tranqüilidade				
Segurança					Importância histórica				
Arborização									
Localização									
Manutenção									
Beleza									

- O quê é a praça André de Albuquerque para você? \_\_\_\_\_

- Se destruíssem esta praça ou se ela não existisse, que outros lugares da cidade você freqüentaria para fazer o que faz aqui? \_\_\_\_\_

- Em que horário você não viria a esta praça? \_\_\_\_\_ Por quê? \_\_\_\_\_

- Quem deve cuidar desta praça? \_\_\_\_\_ Por quê? \_\_\_\_\_

- Se dependesse de você, como cuidaria? \_\_\_\_\_

- O cuidado com esta praça depende de você, também? ( ) Sim ( ) Não Por quê?

- Quais as características da praça ideal para você? \_\_\_\_\_

- Esta praça possui estas características? ( ) Sim ( ) Não

- Se fossem necessárias algumas mudanças nesta praça, quais deveriam ser feitas, na sua opinião? \_\_\_\_\_

- Você acha que as pessoas freqüentam esta praça? ( ) Sim ( ) Não

O que você acha que poderia ser feito para as pessoas virem a praça? \_\_\_\_\_

- Tem locais desta praça que você mais gosta de ficar? ( ) Não ( ) Sim Quais?

- Como é a praça que você gostaria que o seu (futuro) neto freqüentasse? \_\_\_\_\_